

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

ARLEI CRISTOFOLINI

LIBERDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA
DO ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Florianópolis

2007

ARLEI CRISTOFOLINI

**LIBERDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA
DO ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. José Nilson Reinert, Dr.

FLORIANÓPOLIS

2007

ARLEI CRISTOFOLINI

**LIBERDADE NA FORMAÇÃO ACADÊMICA
DO ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do grau de **Mestre em
Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração**
Florianópolis, 16 de fevereiro de 2007

Prof. Rolf Hermann Erdmann
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

Prof. José Nilson Reinert, Dr. – Orientador

Prof. Gerson Rizzatti, Dr.

Prof. Arnaldo Rosa de Andrade, Dr.

Dedico este trabalho, em especial, a minha família, que é a base na concretização desta caminhada.

A minha amada, Roselena, que sempre esteve ao meu lado, contribuindo com extrema dedicação, amor e compreensão em todos os momentos.

Aos meus pais, Ari (*in memoriam*) e Salvelina pela fé e apoio na realização do meu sonho. A eles, minha eterna gratidão.

Aos meus irmãos, Rogério e Marlussy e cunhada Patrícia, cujo entusiasmo me incentivaram na busca dos meus ideais.

A nona Alcida e os meus sogros Vicente e Cervanda pelo carinho e confiança.

Todos merecedores do meu amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Num momento tão importante, ao concluir esta dissertação, não se poderia deixar de prestar os justos reconhecimentos àquelas pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram para a elevação da qualidade deste estudo.

Inicialmente agradeço a Deus, pelo dom da vida e a realização desta conquista.

Deixo aqui meu especial agradecimento ao professor Dr. José Nilson Reinert, orientador deste trabalho, por me possibilitar deixar crescer em liberdade.

A CAPES, que viabilizou a realização deste estudo.

Aos professores membros da banca: professor Dr. Gerson Rizzatti e professor Dr. Arnaldo Rosa de Andrade, por aceitarem integrar a banca examinadora.

Aos docentes do CPGA pela dedicação e ensinamentos.

A todos os demais educadores e funcionários da UFSC, que sempre foram prestativos.

Aos colegas de turma pelo companheirismo e apoio.

À todos, meu muito obrigado.

“A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem.”

Paulo Freire

RESUMO

CRISTOFOLINI, Arlei. Liberdade na Formação Acadêmica do Estudante de Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. 2007 110 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Orientador: Prof. José Nilson Reinert, Dr.

Defesa: 16/02/2007

Esta pesquisa teve por objetivo identificar alguns aspectos da liberdade acadêmica na formação dos estudantes do Curso de Graduação em Administração em relação aos demais estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Para tanto, buscou-se possíveis indicações desta liberdade (ou da falta dela) na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Conselho Nacional da Educação, na Legislação Interna Geral da UFSC e no Curso de Graduação em Administração, bem como na estrutura dos demais cursos de graduação da Universidade. Também se procurou verificar o comportamento do próprio estudante no uso desta liberdade de escolha, quando isso era possível. Procurou-se ainda conhecer a percepção dos coordenadores dos cursos de graduação em relação ao tema. O trabalho se caracteriza como exploratório e descritivo. A pesquisa demonstrou que o Curso de Graduação em Administração oferece pouca liberdade ao estudante para a construção de sua formação acadêmica e, mesmo assim, o estudante acaba fazendo pouco uso da mesma quando tem essa possibilidade. Os cursos do Centro Tecnológico e do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, em sua maioria, são os que oferecem a menor liberdade acadêmica ao estudante.

Palavras-chave: Liberdade Acadêmica; Formação Acadêmica; Currículo; Ensino Superior.

ABSTRACT

CRISTOFOLINI, Arlei. Freedom on the Academic Education of the Administration Graduation Student from Federal University of Santa Catarina. 2007. 110 f.. Dissertation (Master's Degree in Administration) – Administration Post-Graduation Course. Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Orientation: José Nilson Reinert, Dr.

Defence: 16/02/2007

This research had as aim to identify some aspects of the academic freedom in the rest of the students from the graduation courses of Federal University of Santa Catarina. For that, there was a search for possible indications from this freedom (or the lack of it) in the Law of National Directives and Bases and Education National Council, in UFSC Internal General Legislation and in the Administration Graduation Course, as well as in structure of the rest of the graduation courses from the University. Also there was checking to observe the behavior of the student himself in the use of this freedom of choice, when it was possible. There was still a search to know about the graduation courses coordinators perceptions with reference to the subject. The work is characterized as exploratory and descriptive. The research has demonstrated that the Administration Graduation Course offers little freedom to the student in order to build his academic education and, even so, the student uses it just a little when he has this chance. The courses of the Technological Center and of the Physical and Mathematical Sciences Center, in their majority, are the ones that offer the smallest academic freedom to the student.

Key words: Academic Freedom, Academic Education, Curriculum, University Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Possíveis elementos constitutivos de um currículo.....	37
---	----

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01** – Contraposições entre uma visão curricular: mais progressista e mais conservadora40
- Quadro 02** – Percentual de disciplinas optativas em relação à carga horária mínima obrigatória do Currículo dos Cursos de Graduação da UFSC.....67
- Quadro 03** – Percentual de liberdade plena do estudante em ordem decrescente na escolha de disciplina optativa em relação à carga horária mínima obrigatória de cada curso de graduação da UFSC, no segundo semestre do ano de 2005.....77
- Quadro 04** – Percepção dos coordenadores dos cursos de graduação da UFSC em relação à liberdade acadêmica do estudante nos cursos que coordenam.....90

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Evolução dos Cursos de Graduação em Administração no Brasil.....42

Tabela 02 – Percentual das disciplinas optativas realizadas pelos estudantes no rol de disciplinas oferecidas pelo próprio curso e nos demais cursos da UFSC.....87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução dos cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas nas IES.....	49
Gráfico 02 – Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, primeiro quadrante.....	69
Gráfico 03 – Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, segundo quadrante.....	71
Gráfico 04 – Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, terceiro quadrante.....	73
Gráfico 05 – Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, quarto quadrante.....	75
Gráfico 06 – Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, primeiro quadrante.....	79
Gráfico 07 – Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, segundo quadrante.....	81
Gráfico 08 – Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, terceiro quadrante.....	83
Gráfico 09 – Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, quarto quadrante.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANGRAD	Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração
ANPAD	Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração.
B.	Bacharelado
CAD	Departamento de Ciências da Administração
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CES	Câmara de Educação Superior
CEEAd	Comissão de Especialistas de Ensino de Administração
CFA	Conselho Federal de Administração
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRA	Conselho Regional de Administração
CUn	Conselho Universitário
DAE	Departamento de Administração Escolar
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
D.O.U.	Diário Oficial da União
EBAPE/FGV	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas.
ENANGRAD	Encontro da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração.
ESAN/SP	Escola Superior de Administração de Negócios/São Paulo
EUA	Estados Unidos da América
FEA/USP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
FENEAD	Federação Nacional dos Estudantes de Administração
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FONEAD	Fórum Nacional de Ensino de Administração
H/A	Horas/aula
IAA	Índice de Aproveitamento Acumulado
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

L.	Licenciatura
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NPD	Núcleo de Processamento de Dados
PREG	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
SESu	Secretaria de Educação Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TC	Trabalho de Conclusão
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
1.1 Tema e Problema.....	18
1.2 Justificativas.....	20
1.3 Objetivos da Pesquisa.....	22
1.3.1 Objetivo Geral.....	22
1.3.2 Objetivos Específicos.....	22
1.4 Estrutura da Pesquisa.....	23
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
2.1 A LIBERDADE NA UNIVERSIDADE.....	25
2.1.1 A Universidade de Salerno.....	28
2.1.2 A Universidade de Bolonha.....	29
2.1.3 A Universidade de Paris.....	29
2.1.4 As Universidades de Oxford e Cambridge.....	29
2.1.5 A Universidade Alemã.....	30
2.1.6 A Universidade Norte-Americana.....	31
2.1.7 A Universidade de Córdoba.....	32
2.1.8 A Universidade Brasileira.....	32
2.1.9 A Universidade Federal de Santa Catarina.....	34
2.2 DEFINIÇÕES SOBRE O CURRÍCULO.....	35
2.2.1 Visões curriculares entre pesquisadores.....	37
2.2.2 A influência dos pré-requisitos no currículo.....	40
2.3. BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL.....	41
2.3.1 A regulamentação da profissão de Administrador.....	43
2.3.2 O Currículo do Curso de Graduação em Administração.....	43
2.3.3 A qualidade no ensino de Administração.....	45
2.3.4 Processos de melhoria da qualidade dos Cursos de Administração.....	47
2.3.5 O Curso de Graduação em Administração da UFSC.....	49

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	51
3.1 Natureza da Pesquisa.....	51
3.2 Limitações da Pesquisa.....	53
3.3 Perguntas de Pesquisa.....	53
3.4 Unidade Básica de Análise.....	54
3.5 Trajetória da Pesquisa.....	54
3.5.1 Primeira Fase.....	54
3.5.2 Segunda Fase.....	55
3.5.3 Terceira Fase.....	56
3.5.4 Quarta Fase.....	56
3.5.5 Quinta Fase.....	57
3.6 Descrição das Técnicas de Coleta de Dados.....	58
3.7 Descrição das Técnicas de Análise de Dados.....	59
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	60
4.1 As Regulamentações da LDB e CNE.....	60
4.2 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração.....	61
4.3 A Regulamentação dos Cursos da UFSC.....	62
4.4 Horas/aula de disciplinas optativas para a formação acadêmica dos estudantes nos cursos de graduação da UFSC, no segundo semestre do ano de 2005.....	64
4.5 Indicadores de liberdade condicionada e de liberdade plena para os estudantes na sua formação acadêmica nos cursos de graduação da UFSC, no segundo semestre do ano de 2005.....	76
4.6 Análise das disciplinas optativas realizadas pelos estudantes dos Cursos de Graduação da UFSC.....	86
4.7 Percepção dos coordenadores dos cursos de graduação com relação à liberdade acadêmica do estudante nos cursos que coordenam.....	89
5. CONCLUSÕES.....	96

5.1 Recomendações.....99
5.2 Sugestões.....100

6. REFERÊNCIAS.....101

ANEXOS.....107
Anexo 01.....108
Anexo 02.....109

1. INTRODUÇÃO

A busca de soluções adequadas para um desenvolvimento equilibrado nos campos econômico, social e educacional tem sido alvo de constantes e inadiáveis discussões, num ambiente de crescente complexidade e permanente mudança. Para enfrentar tal desafio, um importante papel é destinado ao ensino nas Instituições de Ensino Superior e Universidades.

A Universidade, desde a sua origem, no século X, tem passado por várias mudanças, principalmente na sua forma de ensinar e, mais especificamente, na formação acadêmica do estudante. Observa-se que, naquela época, o estudante tinha muito mais liberdade de escolha e mais responsabilidade na sua formação e interesse de estudo. Ele chegou a comandar a Universidade por um bom período, escolhendo seus professores e o que lhe era mais conveniente para seu aprendizado e formação (Tobias, 1969).

Com o passar dos tempos, a Universidade expandiu-se por todos os lugares do mundo, enfrentando mais problemas e dificuldades, ocasionando diversas mudanças na sua forma de atuar. Isto parece que a tornou mais complexa e menos flexível no que diz respeito à liberdade de escolha para o estudante.

A educação, aparentemente, pode ser concebida como um instrumento que oferece ao estudante a oportunidade de construir sua própria formação humana e profissional. Assim, parece, seria interessante se a Universidade pudesse oferecer currículos mais livres, que permitissem aos estudantes aprendizados mais centrados em seus próprios interesses, expectativas, motivações, habilidades e vocações, de modo a se tornarem cidadãos mais plenos e efetivos na contribuição que pudessem vir a oferecer na convivência social do mundo contemporâneo.

1.1 Tema e Problema

Segundo Reinert *et.al.* (2006), observa-se que as Instituições de Ensino Superior estão formando pessoas de que o chamado mercado, em particular, e a sociedade, de modo geral, não estão mais demandando. Como por exemplo, o setor público quando promove concurso, o faz em carreiras que parecem ter muito pouco a ver com as atuais formações universitárias. Diante disso e de impactos socio-econômicos e culturais advindos de um contexto globalizado, as mudanças se

tornam visíveis e as Instituições de Ensino Superior não podem desconhecer essa realidade. Dessa forma, espera-se uma nova abordagem de ensino de modo a ensejar aos estudantes não só uma formação profissional limitada a uma determinada área, mas também, maior capacidade de investigação e questionamento.

Neste contexto, processos de reforma curricular vêm ocorrendo em vários níveis de educação. No ensino superior, esses processos têm sido impulsionados por demandas mercadológicas de profissionais mais críticos diante dos problemas organizacionais em diferentes níveis, do operacional ao estratégico.

No entanto, parece que os estudantes estão sendo submetidos a estruturas de ensino que esterilizam estas capacidades e reduzem as probabilidades de uma aprendizagem mais plena. Por isso, os currículos acadêmicos necessitam ser criticamente revisados para que o processo de formação dos estudantes leve em consideração aspectos culturais, políticos, econômicos, tecnológicos e sociais e não apenas mercadológicos. Entre as críticas ao modelo educacional brasileiro destaca-se a sua demasiada concentração em forma de 'grades', amarrando e aprisionando o estudante em um modelo de ensino muito próximo àquele denominado de 'seriado'. Atualmente, dever-se-ia buscar pessoas e não apenas profissionais com potencial crítico, questionador, reflexivo e criativo. Nesse sentido, uma proposta de maior liberdade de escolha poderá possibilitar ao estudante mais autonomia e auto-desenvolvimento.

A escolha do Curso de Graduação em Administração como, referência nesta pesquisa, deveu-se ao fato de ser um curso mais conhecido do próprio pesquisador, que teve sua formação acadêmica na administração, bem como por ser estudante do curso de mestrado em administração na área de concentração Política e Gestão Institucional. Para o pesquisador, chamava a atenção a pouca liberdade acadêmica que era dada no curso de graduação realizado e em outros cursos da mesma área, quando em contato com colegas com a mesma formação. Esta percepção foi compartilhada com o orientador e daí surgiu à idéia deste estudo comparativo, ou seja, o curso de graduação em administração e os demais cursos de graduação da UFSC. Esta instituição foi escolhida pela facilidade de acesso e pela minimização do custo da pesquisa, já que o pesquisador é mestrando da mesma.

Desse modo, pretende-se, nesta pesquisa, identificar a liberdade acadêmica dos estudantes do Curso de Graduação em Administração na sua própria formação

em relação aos demais estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para tanto, foi formulado o seguinte problema de pesquisa:

Analisar se os estudantes do Curso de Graduação em Administração têm mais ou menos liberdade acadêmica, para sua própria formação, que os estudantes dos demais cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina?

1.2. JUSTIFICATIVAS

Em termos teóricos o tema liberdade na formação acadêmica do estudante de Graduação em Administração da UFSC, tende ser importante, pois, atualmente, vários são os estudos a respeito e muitos pesquisadores vêm tentando responder aos novos questionamentos que estão surgindo acerca da formação acadêmica, bem como das diretrizes curriculares nos cursos de graduação.

Abordando uma realidade bastante específica e relevante, almeja-se, com este projeto de pesquisa, contribuir, de alguma maneira, para o enriquecimento e desenvolvimento do conhecimento na área.

Em termos práticos, justifica-se este estudo, para que o estudante possa ter uma formação de acordo com sua real necessidade, objetivo e interesse profissional. Uma proposta curricular de maior liberdade privilegia o estudante mais como ator e menos como dependente, mais como parceiro e menos como cliente. Para tanto, pressupõem-se que o ensino ficaria mais centrado na produção do conhecimento e menos na reprodução.

O tema liberdade foi considerado como relevante, neste trabalho, por estar intimamente associado à Universidade, que trabalha, prioritariamente, com saber e criatividade. Privilegiou-se, ainda, uma particularidade desta temática geral, ou seja, a liberdade do estudante.

Por exemplo, em algumas Universidades da Espanha, no século XIII, havia leões de bronze no portão de entrada, que simbolizavam a defesa da liberdade. Esses leões estavam ali para mostrar que nenhum poder externo poderia reinar para

além daquele limite. A Universidade deveria ser livre das imposições do Estado e da Igreja (BORGES, 2006). Assim, o livre pensar, a criatividade e a liberdade estão presentes na Universidade (ou deveriam estar) desde os primórdios de sua história.

Tobias (1969) considera a Universidade de Bolonha como a primeira Universidade moderna de fato e nela os estudantes tinham bastante liberdade. Eles administravam-na, tendo liberdade para escolher seus professores, contratá-los e demití-los. Portanto, a idéia de que o estudante possa ter um nível de autonomia maior sobre seu próprio currículo não é nada de extraordinário, porque aquela Universidade lhes permitia muito mais que isso.

Atualmente, no Brasil, a Universidade Federal do ABC está em fase de instalação e a questão da liberdade de escolha do estudante está sendo levada muito a sério. Nos três primeiros anos de curso, haverá 45 disciplinas. Delas, 18 serão obrigatórias e farão parte do ciclo básico. As outras 27 serão escolhidas livremente pelos estudantes (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), artigo 3º, inciso II, III e IV, prevê esta liberdade facilitadora na formação mais diversificada. Portanto, a formação ainda tão excessivamente padronizada tem que ser questionada nas Universidades Brasileiras.

Parece que estudantes de Universidades dos EUA e da Europa tenham mais liberdade de escolha para a confecção de seu próprio currículo. Não se tem conhecimento, no entanto, de que tenham sido realizados estudos comparativos entre Universidades Brasileiras e Instituições similares européias e norte-americanas neste sentido. Esta comparação poderá ser realizada num trabalho posterior.

Na Universidade Nova de Lisboa, em Portugal, por exemplo, segundo Sanches (2006), os estudantes têm a possibilidade de gerir um percurso curricular próprio. A partir de certo número de créditos realizados, eles podem direcionar sua própria escolha curricular e, ainda no final dos estudos, recebem duas titulações, ou seja, uma com a formação principal (maior) e outra complementar (menor). A idéia da Universidade é diversificar o perfil dos estudantes através da sua responsabilidade por escolhas conscientes no âmbito de currículos abertos.

Para Drucker (2001), por exemplo, hoje um profissional tem que conhecer assuntos de diversas áreas para poder ter um bom desempenho. As pessoas têm experiências, cognições e expectativas diferentes umas das outras. Dessa forma, não é possível que os estudantes cheguem à Universidade e praticamente de 80% a

90% do que tenham a estudar seja padronizado. Inúmeras vezes o estudante é obrigado a estudar coisas que não lhe interessa que poderiam ser substituídas por outras de seu agrado ou de sua conveniência. Porque, numa Universidade Federal, onde existem centenas disciplinas, o estudante tem que ficar confinado a um espaço onde não possa ter a liberdade de fazer estas opções, não possa ter a liberdade de ser um universitário, ao invés de se limitar a ser um estudante de faculdade isolada. Parece que a burocracia universitária, de um modo geral, tem muito medo da liberdade, particularmente de uma maior liberdade do estudante.

Por estas razões, o estudo da liberdade acadêmica do estudante de graduação na UFSC apresentou-se como desafiador para esta pesquisa. Não é possível que todos os estudantes tivessem os mesmos objetivos, as mesmas expectativas e as mesmas oportunidades para que se justifique um currículo padrão para todos. Peter Drucker (2001), um dos maiores expoentes da teoria administrativa, questiona se a principal razão pela qual tantas pessoas não saibam como se desempenhar, não seria pelo fato de que as Escolas insistem na necessidade de haver uma única maneira para todos fazerem seus trabalhos escolares.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a liberdade acadêmica dos estudantes do Curso de Graduação em Administração na sua própria formação em relação aos demais estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3.2 Objetivos Específicos

A pesquisa tem como objetivos específicos, identificar:

a) na legislação pertinente, as informações referentes à liberdade de escolha do estudante de graduação para construir sua própria formação acadêmica;

b) a liberdade de escolha de disciplinas que os estudantes do Curso de Graduação em Administração têm em relação ao currículo total, comparando-o com os demais estudantes dos cursos de graduação da UFSC;

c) a liberdade efetiva do estudante em relação à escolha condicionada pela própria estrutura do Curso de Graduação em Administração, comparando os resultados, posteriormente, com os demais cursos de graduação da Universidade;

d) como os estudantes escolhem as disciplinas optativas, se dentro da estrutura do Curso de Graduação em Administração ou se noutras áreas oportunizadas pela Universidade, comparando os resultados, posteriormente, com os demais estudantes dos cursos de graduação da Universidade;

e) a percepção dos coordenadores dos cursos de graduação da UFSC quanto à liberdade acadêmica dos estudantes de seus respectivos cursos.

1.4. Estrutura da Pesquisa

Esta pesquisa será estruturada em 05 (cinco) capítulos, com o propósito de alcançar os objetivos estabelecidos e responder às questões desta investigação científica.

O trabalho inicia-se, no primeiro capítulo, com a introdução, a apresentação do tema e do problema da pesquisa, as justificativas para a pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos do estudo, bem como a estrutura da pesquisa.

No segundo capítulo, é apresentada a fundamentação teórica. Procurou-se resgatar, na literatura pesquisada, a liberdade na Universidade, bem como um breve relato das Universidades de: Salerno, Bolonha, Paris, Oxford e Cambridge, Alemã, Norte-Americana, Córdoba, Brasileira e a UFSC. Também, neste capítulo, faz-se menção sobre, definições de currículo, visões curriculares entre pesquisadores, influência dos pré-requisitos no currículo, breve histórico do ensino de Administração no Brasil, regulamentação da profissão Administrador, currículo do Curso de Graduação em Administração, qualidade no ensino de Administração, processos de

melhoria da qualidade dos Cursos de Administração e o Curso de Graduação em Administração da UFSC.

No terceiro capítulo apresenta-se a trajetória da investigação, isto é, os procedimentos metodológicos que tratam dos métodos e técnicas utilizados na pesquisa. Neste capítulo se apresenta a natureza da pesquisa, as limitações da pesquisa, as perguntas de pesquisa, a unidade básica de análise, a trajetória da pesquisa e suas fases, a descrição das técnicas de coleta de dados e a descrição das técnicas de análise de dados.

No quarto capítulo, trata-se da apresentação e análise dos dados, resumizando o que foi coletado. Este capítulo contempla um estudo da legislação pertinente, bem como do currículo do Curso de Administração e demais cursos da UFSC, verificando a liberdade que o estudante tem na escolha de disciplinas, como os estudantes escolhem as disciplinas optativas e a percepção dos coordenadores dos cursos de graduação da instituição sobre o tema.

Por fim, se tem o fechamento da pesquisa, com o quinto capítulo, onde são apresentadas as conclusões, recomendações e sugestões para estudos futuros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será apresentado o referencial teórico que irá alicerçar esta dissertação. Serão destacados os aspectos relacionados à origem e a liberdade das Universidades; as principais universidades detentoras de liberdade na história, bem como algumas concepções e estudos sobre currículo. Na última parte do estudo, é apresentado um breve histórico do curso de Administração no Brasil.

2.1. A LIBERDADE NA UNIVERSIDADE

Pela relevância no contexto universitário e a grandeza do tema em estudo, torna-se talvez audacioso discorrer sobre o assunto na sua totalidade. Nesse sentido, pretende-se contextualizar de forma razoável a posição de alguns autores sobre o tema.

Segundo Tobias (1969), a Universidade nasceu como fruto do regime católico-feudal, que recorreu à instrução para inculcar seus dogmas na mente do povo. No entanto, a principal característica das Universidades modernas, segundo o autor, é 'o espírito científico de pesquisa', que busca a verdade acima de tudo.

Nos séculos XII e XIII nasceram às primeiras Universidades: a Universidade de Salerno (1150), com a Faculdade de Medicina; a Universidade de Bolonha (1158), com a Faculdade de Direito e a Universidade de Paris (1200) famosa pela Faculdade de Teologia (TOBIAS, 1969). Charle e Verger (1996), apontam a seguinte seqüência: Bolonha (1155), Paris (1200) e Oxford (1214).

As primeiras instituições universitárias, do ponto de vista de Charle e Verger, (1996) seguem dois modelos distintos. Em Paris e Oxford, as universidades eram associações de mestres, ou seja, federações de escolas, onde a marca eclesiástica era predominante. Já nas regiões mediterrâneas, as universidades eram constituídas por associações de estudantes, que determinavam à escolha de seus mestres. No início do século XIII, reuniram-se mestres e/ou estudantes para constituírem uma "universidade" juramentada. Eles estabeleciam seus próprios estatutos, escolhiam seus representantes, organizavam-se mutuamente para garantir a proteção diante de possíveis ameaças da população e das autoridades locais, bem como regulamentavam o exercício autônomo da atividade, que era a própria razão de ser de sua associação, a saber, o estudo e o ensino.

É importante ressaltar que, já no século XII, haviam limites impostos pela escolástica na possibilidade de desenvolvimento das disciplinas para além dos quadros antigos fixados por Aristóteles e Ptolomeu, bem como bloqueios internos que travavam algum desenvolvimento intelectual no próprio interior das Universidades (CHARLE; VERGER, 1996).

Segundo Tobias (1969, p. 63), em 1873, Belfort, em sua obra “Apreciação do Projeto de Criação de uma Universidade”, demonstra sua preocupação a respeito de várias reformas: liberdade ou autonomia universitária, liberdade para os professores, liberdade de ensinar, liberdade científica, liberdade para o estudante ou liberdade de aprender e, inclusive, solicita que seja admitida e ouvida a voz de professores livres. Desta forma, Tobias (1969) entende que, a liberdade é como algo próprio e exclusivo dos seres racionais, pelo qual a pessoa escolhe entre várias coisas, a que melhor lhe parece.

Liberdade do estudante, de aprender, de ensinar e do pesquisador são idéias experimentadas e defendidas fortemente em Berlim, no século XIX, por Wilhem von Humboldt, Fichte e Schleiermacher. Estas idéias fundaram o que se convencionou denominar modelo alemão de Universidade. (CHARLE; VERGER, 1996).

De acordo com Drèze e Debelle (1983, p. 14), “a liberdade acadêmica não tem outra origem senão no direito da humanidade de prosseguir em toda à parte a busca da verdade sem constrangimentos”. Para os autores, a liberdade acadêmica, mesmo na ausência de censura intelectual, apresenta aspectos positivos, a saber:

O estudante é responsável por si mesmo. Deve seguir seus mestres com espírito crítico. Goza da liberdade do discente, liberdade total para a minoria de estudantes dotados aos quais a universidade se dedica. O ensino universitário começa a decair quando se torna obrigatória a presença de certos cursos e seminários. Chega-se finalmente, então, a uma regulamentação exagerada, que faz da universidade uma escola comum. De fato, pode-se obter com isso bons resultados médios quanto à assimilação de conhecimentos; mas, nessa via destruidora da universidade, a via do espírito se sufoca, ao mesmo tempo que a liberdade acadêmica. Porque esta via é sempre um resultado acidental que não pode ser descontado previamente; não é um subproduto de resultados médios. O professor e o aluno suportam com desprazer os entraves que constituem programas e regulamentos, controles e atividades de massa. Nessa atmosfera que mata o entusiasmo, pode-se adquirir um bom saber técnico ou memorizar matérias de exame. Mas, o verdadeiro conhecimento, a aventura da pesquisa e da descoberta torna-se impossível; o espírito é subjugado, por antecipação, à aplicação posterior (DRÈZE; DEBELLE, 1983, p. 56).

Na visão de Drèze e Debelle (1983) não existe, hoje, nenhuma Universidade que encarne verdadeiramente os princípios universitários, de unidade da pesquisa, do ensino e da liberdade acadêmica. Pode-se, entretanto, imaginar que tal Universidade seria um centro intelectual de alta qualidade, eminentemente propício à pesquisa e à formação integral. Os autores entendem que a educação liberal, considerada em si mesma, é simplesmente uma cultura de inteligência; em si, seu objetivo é a perfeição intelectual, nem mais nem menos.

Para Macêdo (1987), a condição essencial de uma Universidade é a liberdade; sem esta ela perde sua autenticidade e razão de ser, porque a Universidade só tem sentido através da cultura e esta, sabe-se, floresce exclusivamente na liberdade. A idéia da Universidade está assim, intimamente unida à de liberdade. Para o autor, a cultura resulta da criatividade, processo cuja elaboração só se realiza na espontaneidade – no caso da Universidade, na liberdade de escolha do estudante.

Eis porque se impõe, como um dever ético, afirmar a liberdade da Universidade, liberdade essa que só se realiza através de homens livres, precisamente aqueles que são responsáveis pela tarefa de criar e transmitir a cultura. Se tal não se oferece, nega-se a Universidade (MACÊDO, 1987).

Do ponto de vista de Vicenti (1994, p. 84) “o apelo à livre-espontaneidade é o que denominamos educação. Todos os indivíduos devem necessariamente ser educados para serem homens, sem o que não se tornarão homens.” No mesmo raciocínio disse Leonardo da Vinci (apud ABRÃO 2004, p. 130) “o homem é o modelo do mundo, no Renascimento o homem de *virtù* é aquele que tem capacidade individual de saber escolher livremente ocasiões propícias para, ousadamente, transformar o curso dos acontecimentos”.

Segundo Whitehead (1969, p. 46) “em nenhuma parte da educação pode-se passar sem liberdade ou disciplina; mas [...] a ênfase deve estar sempre na liberdade a fim de permitir ao aluno ver por si mesmo e agir também por si só”. Para chegar a tal resultado o autor acredita que a única disciplina, importante por si mesma, é a própria disciplina, e ela somente pode ser adquirida através de um largo uso da liberdade. Na concepção de Whitehead (1969, p. 43) “o objetivo de uma educação idealmente construída deveria ser que a disciplina fosse conseqüência voluntária da escolha livre e que a liberdade se enriquecesse de possibilidades como conseqüência da disciplina”.

Freire (1985, p. 59) observa que tal liberdade requer que “o estudante seja ativo e responsável, não um prisioneiro nem uma peça bem alimentada da máquina, mas ter a liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”.

Tobias (1969, p. 192-193) propõe dois motivos para fundamentar a liberdade do estudante como universitário:

Inicialmente por causa do conceito de Universidade: sociedade que, pela investigação e pela docência, se ordena à verdade, pois se ela é uma sociedade, é também por causa do aluno, que, a seu modo, se ordena à verdade através da investigação e do ensino; também o universitário tem o direito e o dever de apreender e defender a verdade como esta lhe aparece e se lhe desvenda aos olhos, com a decorrente liberdade de expressá-la ao professor e aos outros, já que o verbo oral nada mais deve ser que a manifestação do verbo mental: isso funda e constitui a liberdade de Cátedra do aluno, isto é, a liberdade universitária, tão ignorada pelos regimes de força, pelas Universidades totalitárias e pelas próprias pressões estudantis sob o pretexto de bem da sociedade, de progresso da nação.

No segundo momento por causa do conceito de investigador-professor, fonte primeira da liberdade de Cátedra do professor universitário, e, por consequência, do aluno universitário, uma vez que só se entende investigador-professor se houver o estudante universitário; não é possível entender-se a noção de direita, sem, ao mesmo tempo, entender e incluir a noção de esquerda.

Na opinião de Tobias (1969) as finalidades da Universidade só se realizam mediante a liberdade, de que surge todo sentido de responsabilidade para o estudante universitário.

2.1.1 A Universidade de Salerno

A Universidade de Salerno, nascida no sul da Itália, no ano de 1150, situada entre o Oriente e o Ocidente, em meio à cultura árabe e ocidental, constituiu-se na primeira manifestação de nascimento de uma Universidade no mundo ocidental. Mas, Salerno foi mais uma Faculdade de Medicina do que uma Universidade, devido ao seu regionalismo no mundo das ciências e pela maneira de recrutar seus alunos, não sendo, por isso, reconhecida como uma Universidade (TOBIAS, 1969).

2.1.2 A Universidade de Bolonha

De acordo com Tobias (1969), a Universidade de Bolonha, fundada em 1158, com a Faculdade de Direito, foi uma das três primeiras universidades propriamente ditas que deram origem à Universidade contemporânea. Uma característica marcante desta Universidade era a gestão efetivada pelos próprios estudantes. Eles tinham a liberdade de escolher e demitir professores como também de gerir as atividades cotidianas da instituição e o próprio reitor era um estudante.

Tobias (1969) observa que a Universidade de Coimbra, fundada e organizada segundo a Universidade de Bolonha, foi a que mais influenciou o modelo de Ensino Superior Brasileiro até o século XX.

2.1.3 A Universidade de Paris

Segundo Tobias (1969) este modelo foi seguido pela maioria das Universidades européias e do mundo, sendo considerada, por conseguinte, a Universidade de maior projeção na História da Civilização. A Universidade de Paris é reconhecida no ano de 1200, famosa pela Faculdade de Teologia e pela Faculdade das Artes. Esta Universidade tinha como destaque principal a liberdade e a internacionalização de mestres e alunos. Também a investigação era prática comum, compreendida entre estes dois atores principais, enquanto a direção competia aos professores.

2.1.4 As Universidades de Oxford e Cambridge

De acordo com Ribeiro (1978), Oxford e Cambridge eram consideradas na Inglaterra como Universidades de perfil aristocrático e foram, originalmente, instituições eclesiásticas. A organização destas universidades era de responsabilidade de comunidades universitárias integradas com *colleges*, em que os estudantes viviam sob a orientação de tutores pessoais e faculdades onde se ministrava o ensino especializado. As Universidades de Oxford e Cambridge apresentavam uma característica marcante: seus egressos tinham a livre escolha de prestar ou não exames finais, pois se considerava que lhes bastavam alguns anos de vida em comum no *campus* e de convivência nos *colleges*, para obterem a

familiaridade com a etiqueta inglesa, permitindo, em certas ocasiões, referências a autores clássicos.

2.1.5 A Universidade Alemã

A moderna Universidade alemã surgiu no curso de um processo de edificação nacional. As primeiras instituições foram fundadas no século XIV e XV, concebidas desde o início, como entidades autônomas. Foi no século XIX, com a fundação da Universidade de Berlim (1810), idealizada pelos irmãos Alexander e Wilhelm von Humboldt, que a Universidade devia assegurar, em primeiro lugar, a liberdade de pesquisa e de docência, adotando o princípio da autogestão. Este sistema universitário caracterizou a Universidade alemã até o início do século XIX (HOLLENSTEINER, 2004).

Carneiro (1984) observa que, as Universidades alemãs, por volta do século XIX, com um sistema do currículo flexível, caracterizaram-se pela supremacia técnica, derivada da superioridade de seu ensino, contribuindo para que os alemães ultrapassassem os franceses em produção e produtividade fabril, bem como na superioridade de suas armas. Estes fatos foram atribuídos à adoção do sistema de flexibilidade curricular nas universidades. Conforme o autor, o currículo flexível propiciava inúmeras vantagens, permitindo, por exemplo, um ensino mais extenso, com o mesmo número de docentes, bem como maior satisfação dos estudantes.

Para Ribeiro (1978), um dos valores mais ambíguos da Universidade alemã tradicional (e da moderna também), foi (e continua sendo) a chamada liberdade acadêmica, de um lado, assegurando ao estudante o planejamento de seus estudos, montando seu próprio currículo, da maneira julgada a mais conveniente por ele mesmo, cursando-o em departamentos. Por outro lado, havia a liberdade do professor para planejar e desenvolver suas atividades de acordo com seus interesses, atento aos requisitos de excelência no exercício das respectivas disciplinas. Em especial, a liberdade do estudante compreendia também a possibilidade de transitar de uma Universidade para outra, alcançando bons resultados, o que compensava a rigidez catedrática.

Segundo Hollensteiner (2004), no ano de 1968, as Universidades alemãs democratizaram sua estrutura interna segundo o modelo da universidade de grupos, que por meio do princípio de autogestão, os estudantes elegiam seu dirigente

máximo – o Reitor. Em vez de a Universidade ser dominada exclusivamente pelos professores, ela tornou-se mais participativa e democrática e os estudantes administravam seus assuntos com mais autonomia.

Em princípio, a seleção dos estudantes e a escolha dos cursos se faziam da forma mais livre possível, a critério da Universidade, mas principalmente dos estudantes. O diploma de aptidão universitária, o *Abitur*, permitia aos estudantes a escolha livre do seu curso, sem testes de seleção (HOLLENSTEINER, 2004).

2.1.6 A Universidade Norte-Americana

A sociedade norte-americana, em função do transplante de povos europeus para novos espaços de ultramar, progrediu no Novo Mundo, segundo as linhas de evolução traçadas na Europa (RIBEIRO, 1978).

Segundo o autor, a Universidade norte-americana estruturou-se como descendente da Universidade inglesa. Entretanto, cresceu mais livre, mais democrática e mais fecunda. Ali surgiram os *colleges* norte-americanos, típicos por seu caráter utilitário e sentido autêntico. Desta forma, cresceu um sistema educacional oposto ao francês e ao alemão. A Universidade americana realizou-se pelo esforço coletivo de comunidades em busca da preservação dos valores co-participados, tentando integrar a nova geração e não através de uma vasta burocracia nacionalizadora e civilizadora.

Na visão de Ribeiro (1978), a característica diferencial do ensino superior norte-americano deve-se, em parte, à diversidade de sistemas de ensino que permitem formar, ao mesmo tempo, quadros científicos e humanísticos do mais elevado nível. Nesse aspecto, Kinser (2004) destaca o sistema de currículo eletivo adotado e utilizado inicialmente pela Universidade de Harvard, em que os alunos podiam escolher sua própria grade horária com pouca orientação da instituição, eliminando-se, com isso, a posição privilegiada do currículo clássico. Além desta possibilidade, observa Kinser (2004), o estudante tem a liberdade de poder entrar e sair das Instituições de Ensino Superior no momento em que desejar, bem como cursar disciplinas em tempo parcial ou integral e continuar a acumular créditos-hora em seu histórico para obter seu grau.

Outra característica singular da Universidade Norte-Americana é a pouca burocratização e a ausência de segurança e de garantias vitalícias ao seu

professorado. O professor é contratado livremente para integrar os departamentos como membro de equipes (RIBEIRO, 1978).

2.1.7 A Universidade de Córdoba

De acordo com Wanderley (1985), inicia-se na Universidade de Córdoba, no ano de 1918, um movimento reformista que abalou a Universidade de toda a América Latina, criado e impulsionado pelo movimento estudantil, que reivindicava maior democracia interna e de autonomia frente ao Estado. Conforme Tobias (1969), este movimento desencadeou também uma luta por maior participação dos estudantes nos colegiados universitários.

Na dinâmica do movimento, os objetivos iniciais foram limitados, ganhando densidade com a participação estudantil na campanha eleitoral para reitor. O movimento estudantil de 1918 funcionou também como uma espécie de reforma intelectual e moral, difundido pelo continente, chegando ao Brasil após 1930 (WANDERLEY, 1985).

2.1.8 A Universidade Brasileira

De acordo com Morhy (2004), a Universidade chegou ao Brasil com grande atraso. Várias foram às iniciativas, a começar pela Universidade do Brasil, que chegou a ser instalada em 1592, pelos jesuítas, na Bahia, não sendo reconhecida e autorizada.

Conforme Fragoso Filho (1984), duas outras tentativas merecem menção: a Universidade de Manaus em 1909 e a Universidade do Paraná, em 1912, que também não foram reconhecidas. Para o autor, concretamente, as três primeiras universidades brasileiras reconhecidas foram: a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920; a Universidade de Minas Gerais, em 1927; e a Universidade de São Paulo, em 1934. A partir desta época, houve uma constante proliferação de Instituições de Ensino Superior, posteriormente, transformadas em Universidades. Em geral, observa Morhy (2004), estas seguiam o modelo das instituições francesas (o napoleônico).

Para Fragoso Filho (1984), a Universidade do Rio de Janeiro tinha, na sua essência, um caráter profissional, tal como há um século atrás tinham sido organizados os liceus, pela mera justaposição de aulas-régias.

No ano de 1931, com a Reforma Francisco Campos, se estabeleceu o primeiro estatuto das Universidades Brasileiras. Neste documento, foram tratadas as diretrizes básicas do ensino brasileiro. Destacou-se, principalmente, a organização didática proposta, que colocou a possibilidade de universidades e escolas de ensino superior poderem realizar cursos livres, para assuntos de interesse geral (FRAGOSO FILHO, 1984).

Ainda na década de trinta, Fragoso Filho (1984) fala com base na Lei nº. 452 de 1937, que propõe mudanças à questão universitária. Esta Lei transformou a Universidade do Rio de Janeiro em Universidade do Brasil, conferindo-lhe a função de “aparelho ideológico do Estado”. As universidades existentes, em início de formação, perderam completamente sua autonomia, passando a obedecer ao modelo único ditado pelo Estado. Primeiramente, a centralização e o controle universitário passaram para as mãos do Governo Federal. Em segundo lugar, foi proposto o caráter nacional do empreendimento: o alunado deveria provir de todos os rincões do Brasil. Essa foi a formação monolítica da ideologia nacional fiel aos valores do Estado. Por último, pretendiam que a Universidade fosse a fonte de pesquisas científicas e de investigações técnicas.

Na concepção de Fragoso Filho (1984), desde a implantação da Universidade no Brasil até o final da Ditadura de Vargas, praticamente, todas as escolas de ensino superior eram aglomerados de escolas formadoras de profissionais.

A Universidade de Brasília, criada em 1961, trouxe novos elementos à estrutura universitária no país. Conforme observa Fragoso Filho (1984), a ciência moderna e a tecnologia seriam suas bases. Para atingi-las eram necessários: uma revolução metodológica, o ensino interdisciplinar e a criação de institutos centrais como centros de pesquisas científicas, encarregados de oferecer cursos básicos. Além disso, foi proposta a extinção da cátedra e a criação de departamentos na Universidade.

Do ponto de vista de Ribeiro (1975), o objetivo principal da proposta mais revolucionária da UNB era formar cidadãos responsáveis e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com os quais se defrontava o povo brasileiro, com o desenvolvimento social e econômico. Para alcançar estes ideais, a

Universidade seria regida pelos princípios da liberdade de investigação, de ensino e de expressão, com fidelidade ao rigor do método científico. Embora inovador, este projeto não vingou por muito tempo, pois, seus ideais foram abortados com o Golpe de Estado de 1964.

Precisamente em 1965, com o Plano Atcon, novas reformulações foram feitas na Universidade Brasileira, destacando-se: a contenção do excessivo liberalismo dos estudantes, através de disciplina e autoridade, princípios básicos da educação moderna (FRAGOSO FILHO, 1984), segundo os reformuladores do referido Plano.

Morhy (2004) comenta as mudanças ocorridas na Reforma Universitária de 1968, que foram: o vestibular classificatório; a criação dos Institutos Básicos e dos Departamentos; a criação de cursos de curta duração, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; regimes de tempo integral e de dedicação exclusiva de professores; institucionalização da pesquisa e outras inovações.

Outra importante mudança ocorreu no ano de 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceu princípios de igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade da educação pública, valorização dos profissionais da educação e gestão democrática (MORHY, 2004). Do ponto de vista do autor, o ensino superior brasileiro encontra-se, atualmente, com um sistema curricular excessivamente rígido, parecendo não estar sintonizado com a realidade.

2.1.9 A Universidade Federal de Santa Catarina

Em 11 de fevereiro de 1932, com a criação da Faculdade de Direito, dá-se início ao ensino superior em Santa Catarina. A Universidade Federal de Santa Catarina foi organizada, primeiramente, como sendo um instituto livre, oficializada por Decreto Estadual no ano de 1935. Em 18 de dezembro de 1960, foi criada a UFSC, pela Lei n. 3.849, e oficialmente instalada em 12 de março do ano de 1962, oferecendo as faculdades de medicina, odontologia, direito, farmácia, filosofia, ciências econômicas e a escola de engenharia industrial.

Com a reforma universitária, realizada pelo governo brasileiro em 15 de julho de 1969, publicou-se o Decreto n. 64.824, que extinguiu as faculdades existentes. Deste modo, a universidade adquiriu a atual estrutura didática e administrativa, sendo dividida em Centros e Departamentos de Ensino (UFSC, 2005).

No ano de 1993, em Assembléia Estatuinte, é definida a missão da Universidade Federal de Santa Catarina:

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (UFSC, 2005).

2.2 DEFINIÇÕES SOBRE O CURRÍCULO

Na concepção de Lopes e Macedo (2002, p.17), o campo do currículo se constitui como um campo intelectual, ou seja:

Espaço em que diferentes atores sociais, detentores de determinados capitais, social e cultural na área, legitimam determinadas concepções sobre a teoria de Currículo e dispunham entre si o poder de definir quem tem autoridade na área.

Já do ponto de vista de Sacristán (1998) o currículo é a forma de se ter acesso ao conhecimento, não podendo esgotar seu significado em algo estático, mas através das condições em que se realiza e se converte numa forma particular de entrar em contato com a cultura. Sob esse enfoque, Sacristán (1998, p. 15 -16) observa que:

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem que reagrupar em torno dela uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino. [...] É uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc.

Kelly (1981, p. 06) considera o currículo como “oferecimento de conhecimento, habilidades e atitudes socialmente valorizados e postos à disposição dos

estudantes, através de uma variedade de arranjos, durante o tempo que eles estão na escola, na faculdade ou na universidade”.

O currículo, também pode ser definido como “toda a aprendizagem planejada e dirigida pela instituição escolar, seja ela ministrada em grupos ou individualmente, dentro ou fora da instituição” (KERR, 1968, p. 16).

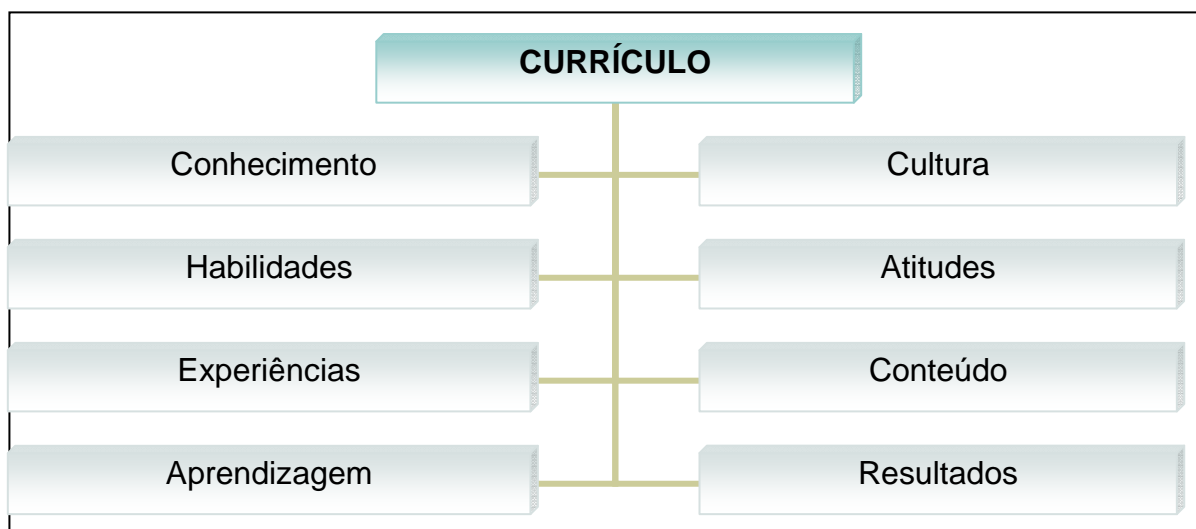
Johnson Jr. (1980, p. 18) define currículo “uma série estruturada de resultados pretendidos de aprendizagem. Ele prescreve (ou pelo menos antecipa) os resultados do ensino. Não prescreve os meios, isto é, as atividades, os materiais ou o conteúdo do ensino que devem ser utilizados para a consecução dos resultados.”

Numa tentativa de sintetizar o significado de currículo, Sacristán (1998) sugere observar o próprio contexto em que o currículo se insere, como por exemplo: o contexto de aula, o contexto pessoal e social; o contexto histórico escolar e por fim o contexto político. O autor também chama a atenção para a importância da análise do currículo, tanto de seu conteúdo como de suas formas, sendo consideradas básicas para entender a missão da instituição escolar em seus diferentes níveis e modalidades.

Pedra (1997) afirma que os variados conceitos atribuídos ao termo currículo não descrevem realidades diferentes, apenas informam sobre a interpretação que determinado autor ou escola teórica lhe deu. As ênfases podem ser diversas, por exemplo: o conteúdo, a experiência, as atividades ou a própria organização curricular, mas a realidade descrita geralmente não se modifica, ou seja, seria uma questão de perspectiva e não de polissemia.

Com base nas definições dos autores acima citados, a figura a seguir mostra os vários aspectos que podem ser enfatizados no entendimento do que seja currículo:

Figura 01 – Possíveis elementos constitutivos de um currículo



Fonte: elaborado pelo autor da pesquisa.

2.2.1 Visões curriculares entre pesquisadores

Reinert e Reinert (2005) em seu artigo “Estudante não é cliente: é parceiro”, verificaram como a Universidade considera o currículo para o aluno cliente e o currículo para o estudante parceiro. A pesquisa dos autores mostrou que o aluno cliente é visto pela instituição como:

[...] um comprador de um pacote fechado. Este aluno é apenas um consumidor de serviços desejados, dentre aqueles oferecidos, sem envolvimento com projetos comuns. Como cliente ele está sempre do lado de fora de um grande balcão de atendimento e ele tem sempre razão. É importante que a Instituição crie neste personagem uma forte relação de dependência. Como ele não é sujeito de um processo, precisa ser sempre motivado pela Instituição, muitas vezes, por intermédio de recursos tecnológicos de última geração (que são, sem dúvida, importantes) e até com muita *graça*. Às necessidades do mercado soma-se à concorrência e, por essa razão, o aluno cliente deve ter uma formação individualista e competitiva para que seja um bom profissional (REINERT e REINERT, 2005, p. 06 – 07, grifo dos autores).

Por outro lado, quando o estudante é parceiro é visto pela instituição como:

[...] aquele que aprende brincando, tamanho é o prazer que lhe proporciona o processo de ensino/aprendizagem; participa ativamente como um trabalhador neste processo, que privilegia mais a esfera subjetiva, estética, emotiva, especulativa, introspectiva, contemplativa e educativa; comporta-se em relação à escola como

um sócio; privilegia tanto os interesses da Instituição quanto de todos os seus componentes, numa comunhão de espírito cooperativo; prioriza o aproximativo, o flexível, o imprevisto e o complexo, ao invés das verdades acabadas, exatas e absolutas; participa da educação libertadora e tem a *cabeça bem feita*, onde a curiosidade está presente, estimulada pela dúvida, com o desenvolvimento da arte da argumentação e da discussão, que inclui o bom uso da lógica, da dedução e da indução, assim como a arte de transformar detalhes que parecem ser insignificantes, em indícios que permitam reconstruir uma história e onde o *pensar bem* é sempre valorizado, na medida em que favorece a aptidão natural da mente, colocando e resolvendo problemas, estimulando o desenvolvimento e o pleno emprego da inteligência geral, através do exercício da dúvida, permitindo repensar o próprio pensamento; participa do aprendizado por acomodação, fundado em experiências profundas, com participação plena e num processo de permanente adaptação às mudanças do mundo (REINERT e REINERT, 2005, p. 07, grifo dos autores).

De acordo com Reinert e Reinert (2005), são dois os modelos básicos de currículo nas instituições quando se toma por base um de seus principais atores, percebido ou como aluno-cliente, ou como estudante-parceiro.

O outro estudo analisado foi o das pesquisadoras Anastasiou e Alves (2003). As autoras observam que os moldes curriculares nas Universidades Brasileiras são aparentemente influenciados pela Universidade Napoleônica, que apresenta os estudos universitários dirigidos para a obtenção de um título reconhecido pelo Estado, baseado em um plano detalhado, único e válido para qualquer postulante.

Na concepção de Anastasiou e Alves (2003), a organização acadêmica é feita por faculdades, por objetos de estudo decorrentes de conjuntos de disciplinas rigidamente propostas. Os cursos são organizados em um período básico e outro profissionalizante, antecipando e separando a teoria da prática e, subseqüentemente, alocando os estágios no final do currículo escolar de cada curso. Tanto a autonomia financeira quanto a unidade e a identidade dos planos docentes e acadêmicos para a titulação são submetidos ao controle do Estado.

O estudo realizado por Anastasiou e Alves (2003), mostra que vários dos currículos universitários atuais seguem ainda a configuração em “grade”, proposta há dois séculos; de acordo com o molde da racionalidade, separando a teoria da prática e diferenciando as disciplinas do básico e do profissionalizante com um conjunto de requisitos, pré-requisitos e outros, configurados de coleção. Já o docente, por sua vez, recebe as matérias agrupadas por ano ou semestre,

responsabilizando-se por uma parte do currículo, incumbindo-se de organizar e trabalhar sua matéria independentemente das demais. Anastasiou e Alves (2003) afirmam que, atualmente, várias instituições em conjunto com seus docentes universitários, vêm pretendendo integrar o currículo, porém, com a sua lógica ainda inalterada.

O terceiro estudo sobre currículo que chama a atenção é do Americano William Doll Jr. (1997), que analisa o sistema de currículos abertos que transformam e o sistema de currículo fechado que transmitem e transferem.

Para Doll Jr. (1997, p. 74) a educação e o currículo tomaram emprestadas algumas concepções do conceito de estabilidade, “em que não há troca – por exemplo, crianças seguindo o padrão de seus pais, o QI como descobrindo e quantificando uma potencialidade inata”. Sendo assim, para o autor as idéias modernistas, geralmente, seguem a versão de currículo fechado, onde o conhecimento é transmitido, transferido.

Outro ponto relevante destacado por Doll Jr. (1997) é referente ao discurso passado e recente sobre o currículo, onde ambos, não prestam atenção à complexidade do pensamento humano, pois, adotam o paradigma comportamentalista que, conforme Doll Jr. (1997, p. 75) “não reconhece nenhuma linha divisória entre o homem e o animal”. Dessa forma, as “atividades complexas que os homens realizam e as capacidades que eles possuem acima e além dos animais, ou num grau qualitativamente maior, foram desprezadas ou negligenciadas”. Segundo Doll Jr. (1997) tal visão contribui para um conceito de currículo em que o treinamento em atividades pré-escolhidas substitui o desenvolvimento das capacidades transformativas, ou melhor, nos permitem avançar além da informação recebida. Estas capacidades (intencionalidade, auto-organização, comunicação) que os educadores atualmente admitem, deveriam ser desenvolvidas, pois, caracterizam a qualidade do ser humano.

Para Doll Jr. (1997, p. 77) “nós somos responsáveis por nosso futuro e pelo futuro dos outros. Neste sentido, adotar uma visão aberta de currículo provavelmente nos trará uma perspectiva e cosmologia ecológicas”.

2.2.2 A influência dos pré-requisitos no currículo

Os pré-requisitos talvez sejam um dos maiores entraves para a progressão do estudante dentro de um curso, bem como na possibilidade de escolha. Na concepção de Reinert (2002), espera-se que uma matéria seja pré-requisito de outra quando os conhecimentos trabalhados dentro dela sejam realmente imprescindíveis para o aproveitamento adequado dos conteúdos a serem ministrados na matéria seguinte. Embora, o esperado seja isso, não parece ser o que acontece na prática.

Na opinião de Reinert (2002) parece que os pré-requisitos estão sendo usados para enquadrar os estudantes por fases e/ou por cursos, impossibilitando o avanço do mesmo ao longo da proposta curricular independentemente de sua real possibilidade neste sentido, amarrando toda a seqüência de disciplinas desde as primeiras até às últimas fases. Para o autor, quando o pré-requisito fosse realmente necessário o estudante deveria ser informado, mas não proibido de cursar uma determinada matéria.

Do ponto de vista de Cristofolini e Reinert (2005) quando um curso coloca muitos pré-requisitos, ele prejudica a liberdade de escolha dos estudantes do próprio curso e a de todos os demais estudantes da Universidade, que não podem fazer disciplinas naquele curso. Abaixo, apresenta-se um resumo esquemático de algumas diferenças que podem caracterizar uma visão curricular que os autores consideram mais progressista frente a outra, mais conservadora:

Quadro 01 – Contraposições entre uma visão curricular: mais progressista e mais conservadora.

Mais pré-requisito	Menos liberdade
Mais grade	Menos flexibilidade
Mais fragmentação	Menos diversidade
Mais amarração	Menos troca
Mais burocratização	Menos criatividade
Mais especialização	Menos universalidade de conhecimento

Fonte: Adaptado de Cristofolini e Reinert (2005).

Cristofolini e Reinert (2005) lembram que, tanto na legislação geral da UFSC, quanto nas legislações específicas dos cursos de graduação, fala-se em respeitar os pré-requisitos dos cursos. No entanto, eles aparentemente inviabilizam muito a

liberdade de escolha, porque impõem uma seqüência muito grande de amarrações que acaba por aproximar muito as atuais propostas curriculares aos cursos seriados.

Na concepção dos autores, há também a possibilidade destes pré-requisitos terem uma função de administração na contenção da progressão do estudante ao longo da “grade”. Os pré-requisitos poderiam ser substituídos por sugestões aos estudantes neste sentido. Se o estudante fizesse uma disciplina para a qual fosse sugerida a realização de uma anterior, mas, que não tivesse sido cursada ainda, o maior prejudicado seria ele mesmo. No entanto, ele poderia julgar conveniente fazê-la, se percebesse ter condições para tanto. Ele poderia estudar o conteúdo do pré-requisito em casa, poderia já tê-lo aprendido fora da educação formal, trabalhar naquela área ou até ser um *expert* na mesma. Ao invés de uma amarração apriorística e impessoal, determinada pelos pré-requisitos, o coordenador (e seu estafe) do curso onde o estudante estivesse matriculado deveria limitar-se a orientá-lo sobre a conveniência ou não de matricular-se em uma determinada disciplina (CRISTOFOLINI e REINERT, 2005).

Conforme observam os autores, os pré-requisitos impedem, em grande parte, a existência de turmas mistas, o que pode prejudicar a vivência de uma verdadeira Universidade pelos estudantes. Na UFSC, por exemplo, existe a disciplina CAD 5103 – Administração I – onde este autor atuou como estagiário docente na turma 0432. Esta turma era constituída por 36 estudantes vindos de diversos cursos da Universidade. Tal e diversidade favoreceu contribuições das diversas áreas de estudo (sociologia, economia, engenharia, agronomia, computação, etc.), que só enriqueceu o desenvolvimento dos conhecimentos tratados na sala de aula. Neste período, pode-se verificar o quanto é gratificante esta troca. O que parece estar acontecendo, no entanto, é que a burocracia universitária está tolhendo cada vez mais estudantes e professores de viverem a riqueza desta experiência, em grande parte, pela imposição desnecessária de pré-requisitos.

2.3. BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

De acordo com o Conselho Federal de Administração (CFA, 2006) o ensino de administração no Brasil ganha identidade com a criação do primeiro curso, no ano de 1941, na Escola Superior de Administração de Negócios – ESAN/SP, inspirado no modelo do curso da *Graduate School of Business Administration* da

Universidade de Harvard. Em 1946 é criada a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP, que ministrava cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis, onde eram apresentadas algumas matérias ligadas à Administração.

No ano de 1952 é criada a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas – EBAPE/FGV, no Rio de Janeiro, formando a primeira turma em 1954. Neste ano é criada a Escola Brasileira de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP, vinculada à FGV, com a graduação da primeira turma em 1959, surgindo o primeiro currículo especializado, com o objetivo de formar especialistas em técnicas modernas de Administração. Este currículo foi uma referência para outros cursos no país.

Segundo o CFA (2006), a partir da década de 1960 – a FGV passa a ministrar cursos de Pós-Graduação nas áreas de Economia, Administração Pública e de Empresas. Em 1963 a FEA/USP passa a oferecer os cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública. Finalmente, em 1965, é regulamentada a profissão de Administrador, com a promulgação da Lei n. 4.769, de 9 de setembro de 1965. Após o reconhecimento da profissão, o ensino de Administração passou a crescer em larga escala em todo o país, conforme se pode observar na tabela abaixo:

Tabela 01 – Evolução dos Cursos de Graduação em Administração no Brasil

ANO	IES	MATRÍCULAS	CONCLUINTES
Antes de 1960	02	Não informado	Não informado
1960	31	Não informado	Não informado
1970	164	66.829	5.276
1980	247	134.742	21.746
1990	320	174.330	22.394
2000	821	338.789	35.658
2002	1158	493.104	54.656
2003	1710	576.305	64.792

Fonte: Adaptado do CFA (2006).

De acordo com Antônio Freitas, membro do CFA, em palestra no ano de 2006, no VI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, o

número de estudantes matriculados em cursos de Administração no Brasil atualmente é de aproximadamente 650.000 inscritos.

2.3.1 A regulamentação da profissão Administrador

O regulamento da Lei n. 4.769, de 09 de setembro de 1965, que regula o exercício da profissão de Administrador no Brasil, instituiu, no art. 1º, que o desempenho das atividades de administração, em qualquer de seus campos, constitui o objeto da profissão liberal de Administrador de nível superior. No seu art. 3º, a referida Lei define o campo e a atividade profissional do Administrador, como profissão, liberal ou não, a qual compete:

- a) elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens e laudos, em que se exija a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de organização;
- b) pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos de administração geral, como administração e seleção de pessoal, organização, análise, métodos e programas de trabalho, orçamento, administração de material e financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que estes se desdobrem ou com os quais sejam conexos;
- c) exercício de funções e cargos de Administrador do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal, Autárquico, sociedades de Economia Mista, empresas estatais, paraestatais e privadas, em que fique expresso e declarado o título do cargo abrangido;
- d) o exercício de funções de chefia ou direção, intermediária ou superior, assessoramento e consultoria em órgãos, ou seus departamentos, da administração pública ou de entidades privadas, cujas atribuições envolvam, principalmente, a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de administração;
- e) o magistério em matérias técnicas do campo da administração e organização.

2.3.2 O Currículo do Curso de Graduação em Administração

Historicamente, o ensino de Administração no Brasil passou por momentos marcantes, inicialmente, pelos currículos mínimos, aprovados em 1966 e 1993 e, mais tarde, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Bacharelado em Administração, homologadas em 2004 e 2005, pelo Ministério da Educação.

É relevante frisar que as alterações produzidas em 1993, nos currículos mínimos, aprovados em 1966, representaram um significativo avanço face à excessiva rigidez dos primeiros currículos. A Resolução n. 2, de 04 de outubro de 1993, artigo 1º, dá a possibilidade de 960 horas aula (32%) da carga horária total do curso para o estudante cursar disciplinas eletivas e complementares e mais o equivalente a 300 horas aula (10%) de estágio supervisionado.

No ano de 2004, com o Parecer CNE/CES 329/2004, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 11 de novembro de 2004, os Cursos de Bacharelado em Administração passam a ser ministrados com a carga horária mínima de 3.000 horas, com os estágios e atividades complementares já incluídos no cálculo da carga horária total do curso, não devendo exceder a 20% do total, ou seja, 600 horas aula.

Na Resolução n. 04, de 13 de julho de 2005, no art. 5º, inciso IV, a organização curricular do curso de administração, confere conteúdos de formação complementar, com estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil dos estudantes. O art. 8º, da mesma resolução, deixa claro que as atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do estudante, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais e opcionais de interdisciplinaridade.

A preocupação com as diretrizes curriculares para o Curso de Graduação em Administração no Brasil é tema de freqüente discussão entre educadores da área. Andrade e Amboni (2002), por exemplo, defendem uma proposta curricular que contenha, em sua estrutura, um núcleo livre de disciplinas escolhidas pelo estudante com base no seu próprio interesse. Os autores sugerem, inclusive, que na elaboração do projeto pedagógico, além da base comum de conhecimentos, 50% da carga horária do curso deveria ser alternativa para os estudantes poderem escolher livremente as disciplinas de que gostem ou que imaginam estar relacionadas com seu futuro profissional.

Drucker (2001) observa que muitas novidades da administração vêm de outras áreas, possibilitando às pessoas criarem, pensarem, gerirem e inovarem com maior facilidade. É preciso, portanto, dispor da liberdade necessária para ir em

busca destas múltiplas possibilidades de agregar conhecimento de acordo com os interesses pessoais e profissionais de cada estudante.

Por estas razões, Andrade e Amboni (2002) apostam num projeto pedagógico com diferenciais competitivos que propicie alternativas ao estudante poder escolher e definir um projeto de vida e de formação profissional próprio. De acordo com os autores, os Cursos de Graduação em Administração carecem de abandonar as características de que muitas vezes se revestem (como meros instrumentos transmissores de conhecimento e informação) para formarem sólidas competências, por intermédio do ensino de graduação e educação permanente, preparando o estudante para enfrentar os desafios das rápidas e constantes transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional.

2.3.3 A qualidade no ensino de Administração

De acordo com o CFA (2006), são muitas as iniciativas desenvolvidas para o melhoramento da qualidade no ensino de Administração no Brasil. Em 1973, é criada a ANPAD - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, a partir da iniciativa dos oito programas de pós-graduação *stricto sensu* então existentes no Brasil. Em 2003, já eram 54 os programas associados. Esse crescimento na oferta de mestrados e doutorados no país, no período de 27 anos, forneceu as bases para a institucionalização de uma comunidade acadêmica sólida e profícua. Em 1991, é criada a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração – ANGRAD, com o objetivo de incentivar e promover a melhoria do ensino por meio da troca de experiências entre os Cursos de Graduação em Administração. Desde então, o CFA e a ANGRAD são parceiros na busca pela excelência da qualidade de ensino nos referidos cursos. Para que isso ocorra, são realizados diversos eventos em parceria com outros órgãos como o Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e da Secretaria de Educação Superior - SESu/MEC, com o apoio da Federação Nacional dos Estudantes de Administração - FENEAD.

O CFA, no ano de 1993, por intermédio de seu Presidente, Rui Otávio Bernardes de Andrade, passa a integrar a Comissão de Especialistas de Ensino de Administração - CEEAd, da Secretaria de Educação Superior do MEC. Em 1996, o CFA apóia a inclusão dos Cursos de Graduação em Administração no Exame

Nacional de Cursos (“Provão”), passando a integrar também a Comissão do Curso que, além de ter o Presidente do CFA como membro, tem em sua composição vários Conselheiros Federais especialistas no ensino da área. No ano seguinte, o CFA inicia uma série de ações voltadas para a melhoria da qualidade de ensino dos Cursos de Graduação em Administração como, por exemplo, a publicação da Biblioteca Básica para os Cursos de Graduação em Administração, além da promoção de eventos nacionais e regionais (CFA, 2006).

Em 2001, de acordo com o CFA (2006), é constituído o Fórum Nacional de Ensino de Administração – FONEAD, que congrega, além do CFA, as principais entidades abaixo relacionadas, que estão envolvidas com o ensino de Administração em nível de Graduação e de Pós-Graduação. O FONEAD tem como objetivo discutir as políticas de ensino de Administração no país e sua inter-relação com o exercício profissional, normatizado e fiscalizado pelo Sistema CFA/CRA, pela ANGRAD, pelo INEP, pela ANPAD e pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior.

A ANGRAD realizou, em 2002, com o apoio do CFA, um dos maiores eventos acadêmicos da área de Administração, o XIII ENANGRAD, com mais de 700 participantes, destacando reitores, diretores, mantenedores, professores e, principalmente, os coordenadores de curso de Administração. O ENANGRAD, em sua XIV edição, é consagrado como o maior evento democrático do país no ano de 2003, tendo como objetivo a discussão do ensino de Administração e obteve, pela primeira vez, a participação de um Ministro de Estado da Educação, Prof. Cristovam Buarque (CFA, 2006). Em 2004, foi realizado o XV ENANGRAD, que teve como tema principal a internacionalização do ensino superior brasileiro.

O Conselho Federal de Administração editou as Resoluções Normativas CFA n. 300 e 301, ambas de 10/01/2004, publicadas no D.O.U. de 17/01/2005, fazendo cumprir o que determina a Lei de Regência da Profissão, de n. 4.769, de 09/09/1965, cujo regulamento, aprovado pelo Decreto n. 61.934, de 22/12/1967, estabeleceu, no seu art. 3º, alínea “e”, que “o magistério de matérias técnicas do campo da Administração e Organização” constitui-se atividade profissional do Administrador. A importância de o Coordenador ser Administrador surge em razão da necessidade desse profissional ser um gestor de oportunidades, envolvido diretamente com as dimensões administrativas, didáticas e pedagógicas do curso de Administração.

2.3.4 Processos de melhoria da qualidade dos Cursos de Administração

De acordo com o parecer n. 307, de 08 de julho de 1966, do então Conselho Federal de Educação (CFE), é fixado o primeiro currículo mínimo do Curso de Graduação em Administração no Brasil, tendo como referencial a Lei n. 4.769, de 09 de setembro de 1965, que antes havia regulamentado o exercício da profissão de “Técnico de Administração”. Por meio do currículo mínimo do curso de Administração habilitava-se, de fato, o profissional para o exercício da profissão de Técnico de Administração, sendo a denominação da categoria alterada para “Administrador”, por meio da Lei n. 7.321, de 13 de junho de 1985. No ano de 1993, o Conselho Federal de Educação expede a Resolução n. 02, de 4/10/1993, instituindo o currículo pleno dos Cursos de Graduação em Administração, preconizando que as instituições poderiam criar habilitações específicas, mediante intensificação de estudos correspondentes às matérias fixadas pela própria resolução, além de outras que viessem a ser indicadas para serem trabalhadas no currículo pleno.

Em 9 de setembro de 2003, Dia do Administrador, o Ministro da Educação homologa o Parecer CES/CNE n. 134, de 07 de junho de 2003, que dispõe sobre as Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Administração - DCN. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394, de 20/12/1996 -, pôs a termo os Currículos Mínimos Profissionalizantes, trazendo nova concepção para o ensino da Administração no País e oportunizou maior autonomia às IES para criação de projetos pedagógicos que assegurassem melhores níveis de qualidade, de legitimidade e de competitividade.

Na ótica das Diretrizes Curriculares, o projeto pedagógico pode privilegiar ou não Linhas de Formação Específicas no final do curso, que significam um aprofundamento de estudos numa determinada área estratégica da Administração e que têm por finalidade atender às particularidades regionais e locais, lastro principal que deu ênfase às Diretrizes, conforme se observa no Parecer 134/2003.

A Resolução n. 01, de 02 de fevereiro de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências, foi publicada no Diário Oficial da União no dia 4 de março de 2004. Como resultado das reivindicações do CFA e da ANGRAD, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CES/CNE 023, de 03/02/2005, que trata

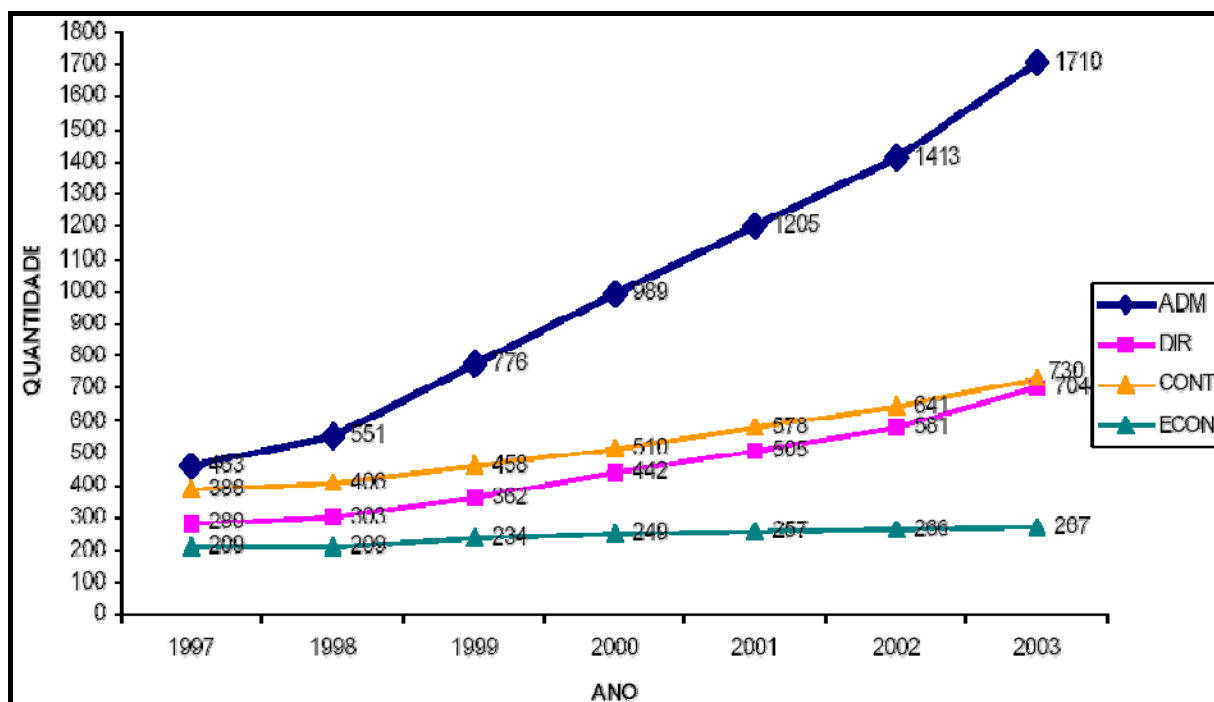
da retificação da Resolução CNE/CES n. 01, de 02/02/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado. Foi solicitado ao Ministério da Educação que os cursos desta área sejam tão-somente denominados “Cursos de Bacharelado em Administração”, como forma de conter a descaracterização dos cursos correlatos à Ciência Administrativa.

O Ministério da Educação, por meio da Resolução n. 4, de 13/07/2005, publicada no Diário Oficial da União de 19/07/2005, revoga a Resolução n. 2/1993 e retifica a Resolução n. 01/2004, destituindo denominações como Administração Agroindustrial, Administração Bancária, Administração de Bares e Restaurantes e outras 248, abrangendo os mais diversos segmentos e áreas especializadas, que não mais poderão ser utilizadas pelas IES para intitulem os Cursos de Bacharelado em Administração oferecidos no País. As linhas de formação específica, nas diversas áreas da Administração, não poderão mais constituir uma extensão ao nome do curso, nem se caracterizarem como uma habilitação, devendo apenas constar no projeto pedagógico.

Além de definir que o nome do curso deverá ser “Bacharelado em Administração”, a expressão “Trabalho de Conclusão de Curso” (TCC) também foi alterada para “Trabalho de Curso” (TC). As modificações deverão ser observadas pelas Instituições de Ensino Superior, na sua organização curricular, para o período letivo de 2006.

A retificação no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, foi resultado do trabalho do Conselho Federal de Administração (CFA) e da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) junto ao Ministério da Educação (MEC), para melhorar a qualidade do ensino de Administração e evitar a descaracterização dos cursos da área oferecidos por aproximadamente 1,7 mil IES no País.

A seguir se pode observar no gráfico 01, um resumo da evolução dos cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas e principalmente do Curso de Graduação em Administração no Brasil:

Gráfico 01 – Evolução dos cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas nas IES

Fonte: Adaptado do CFA, 2006.

Conforme se pode observar no gráfico acima, a expansão do curso de Administração no Brasil é expressiva a partir da segunda metade da década de 1990, chegando em 2003 com 1.710 Instituições de Ensino Superior oferecendo cursos de graduação em Administração.

2.3.5 O Curso de Graduação em Administração da UFSC

O Curso Superior de Administração e Finanças foi criado pelo Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, como Curso Técnico, e autorizado pela Divisão de Ensino Comercial em dezembro de 1942, iniciando seu funcionamento a partir de 10 de março de 1943. Entretanto, somente em 16 de maio de 1944, obteve seu reconhecimento. Em 10 de abril de 1975, de acordo com o Decreto n. 75.590, publicado no Diário Oficial da União de 11 de abril de 1975, o Curso de Administração da Universidade Federal de Santa Catarina foi reconhecido pelo Ministério da Educação (CAD/UFSC, 2006).

O Curso de Graduação em Administração foi criado em resposta às demandas da economia catarinense que, no início dos anos 60, clamava por mais administradores, para conduzir seus destinos (CAD/UFSC, 2006).

Atualmente, o Curso de Graduação em Administração da UFSC, tem como objetivo:

Formar o profissional Administrador para atuar na micro, pequena e média empresa (pública ou privada) dotado de capacidade empreendedora, capacidade analítica para elaborar diagnósticos e propor mudanças, visão sistêmica e que conduza dentro da ética as empresas a atender as necessidades da sociedade (CAD/UFSC, 2006).

A missão do Curso de Administração é construir e socializar o saber amplo sobre as organizações e sua gestão, por meio da valorização dos potenciais humanos e da otimização dos recursos ambientais e institucionais, em benefício da sociedade.

Conforme o regimento interno do Curso de Graduação em Administração da UFSC, são 07 (sete) os princípios norteadores:

- a) Sociedade em primeiro lugar: significa que todas as ações do Departamento devem voltar-se para a satisfação das necessidades e interesses da sociedade;
- b) Integração: significa que, no cumprimento de sua missão e na tomada de decisões, o Departamento assume o compromisso permanente com o exercício da parceria e com o fortalecimento das inter-relações: universidade e comunidade; ensino, pesquisa e extensão; graduação e pós-graduação; professores, alunos e funcionários; áreas de conhecimento;
- c) Qualidade: implica no contínuo desenvolvimento da qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- d) Inovação: implica na busca constante de novas tecnologias de organização e gestão;
- d) Respeito à pluralidade: significa a convivência construtiva entre as diferentes concepções da Ciências da Administração, professados e praticadas no Departamento;
- e) Visão: conquistar e manter, nos cursos de graduação e pós graduação, o conceito mais elevado na análise dos principais sistemas nacionais de avaliação institucional no setor de educação, respeitando o acompanhamento dos critérios de avaliação adotados (CAD/UFSC, 2006).

Além disto, o Curso de Graduação em Administração prima pela constante busca do aperfeiçoamento e modernização de sua gestão, propiciando que sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina e do País se amplie, inexorável e aceleradamente.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo aborda o delineamento dos procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos desta dissertação. Para Gil (2002) o delineamento da metodologia expressa o desenvolvimento da pesquisa, enfatizando os procedimentos técnicos de coleta e análise de dados.

3.1 Natureza da Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como sendo de caráter exploratório, que utiliza o método descritivo de estudo de caso.

Este estudo é também exploratório, pois, do ponto de vista de Mattar (1994) e Triviños (1987), permite prover o pesquisador de maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Gil (2002, p. 43) afirma também que pesquisas exploratórias “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Conforme o autor, este tipo de pesquisa é utilizado quando a realidade a ser estudada ainda foi pouco explorada, tornando-se, no entanto, difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

A pesquisa foi iniciada em livros, artigos científicos e nos meios eletrônicos, com a finalidade de adquirir dados e informações consistentes para uma melhor clareza e compreensão do estudo em questão: a liberdade acadêmica do estudante de administração da UFSC em comparação com a dos demais estudantes de graduação da mesma instituição.

Utilizou-se do método descritivo, porque, conforme Gil (2002) e Vergara (1990), este tipo de pesquisa tem como objetivo principal a descrição e exposição das características de determinado fenômeno ou realidade. Do ponto de vista de Triviños (1987, p. 110), “o foco essencial destes estudos (no campo da educação) reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, [...] as reformas curriculares e os métodos de ensino [...]”. Os levantamentos de pesquisa descritiva foram feitos em fontes primárias e secundárias. As fontes primárias referem-se aos levantamentos realizados junto aos coordenadores de cursos de graduação da UFSC. As fontes secundárias referem-se a levantamentos bibliográficos e documentais.

A pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina. O foco principal foi o Curso de Graduação em Administração e, posteriormente, os demais cursos de graduação da instituição. Yin (apud GODOY, 1995b) refere-se ao estudo de caso como uma forma de fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o conceito não estão claramente estabelecidas e onde se utiliza múltiplas fontes de evidência. De acordo com Triviños (1987), o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que é analisada profundamente. O autor coloca algumas características deste tipo de estudo, a saber:

- tem cunho mais qualitativo, caracterizando-se, geralmente, pelo uso de uma estatística simples e elementar, no que confere à mensuração dos dados;
- a natureza e a abrangência de unidade, bem como a complexidade do estudo, são determinadas pelo suporte teórico que orienta o pesquisador;
- No caso de estudo qualitativo, nem hipóteses e nem esquemas de entrevistas são estabelecidos *a priori*, o que aumenta a complexidade do exame à medida que se aprofunda o assunto. Em função da implicação do sujeito no processo e pelos resultados do estudo, exige sensibilidade maior na objetivação, originalidade, coerência e consistência das idéias.

A pesquisa é basicamente qualitativa, porque também “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis” (MINAYO, 2001, p. 14).

Embora algumas informações sejam apresentadas como quantitativas, a natureza qualitativa da pesquisa não fica invalidada, uma vez que estas informações foram utilizadas para uma análise mais aprofundada dos dados qualitativos e para caracterizar informações gerais.

As técnicas utilizadas que permitiram a operacionalização do método foram: as pesquisas bibliográficas e documentais na internet e no Departamento de Administração Escolar (DAE) da UFSC e, também, o questionário para os coordenadores de cursos de graduação.

3.2 Limitações da Pesquisa

A pesquisa realizada apresenta algumas limitações, possivelmente, pela sua complexidade e abrangência, o que demandaria, em princípio, mais tempo para sua elaboração, propiciando observações mais aguçadas.

Houve uma intenção inicial de se trabalhar com a percepção dos estudantes sobre a liberdade acadêmica, mas, tendo em vista o tempo limitado, isso não foi possível.

Para a identificação de onde os estudantes estavam fazendo as disciplinas optativas, não foi feita uma amostragem estatisticamente significativa. Apenas, optou-se por verificar os cinco estudantes com os melhores índices de aproveitamento acumulado (IAA) de cada curso de graduação da Universidade, na suposição de que estes estudantes seriam os mais preocupados com uma boa formação.

Para a análise da 'grade curricular', convencionou-se utilizar como base as informações contidas no sítio eletrônico da UFSC, a partir de dados coletados no *link* da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, durante o segundo semestre de 2005. Não foram consideradas possíveis variações ocorridas nos anos anteriores.

3.3 Perguntas de Pesquisa

Qual a abrangência da liberdade de escolha na formação acadêmica do estudante do Curso de Graduação em Administração em relação aos demais cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina?

A partir da questão principal da pesquisa foram elaboradas outras perguntas que auxiliaram na concretização do trabalho. A procura pelas respostas a cada uma dessas perguntas formou a pesquisa em si. Assim, foram identificadas as seguintes questões:

- Qual a abrangência da liberdade de escolha na formação acadêmica do estudante de graduação segundo as legislações e regulamentações de cursos pertinentes na Educação Brasileira?

- Existem diferenças significativas entre o Curso de Graduação em Administração da UFSC e os demais cursos de graduação, e destes entre si, quanto à liberdade de escolha do estudante?

- Qual a procura pelos estudantes do Curso de Graduação em Administração da UFSC, por outras disciplinas de outros cursos (quando tem a opção de liberdade de escolha), por intermédio de disciplinas optativas, comparativamente aos demais estudantes de graduação?

- Qual a percepção dos coordenadores de cursos de graduação da UFSC, quanto à liberdade de escolha na formação acadêmica do estudante em seus respectivos cursos?

3.4 Unidade Básica de Análise

As disciplinas dos cursos de graduação da UFSC foram as unidades básicas de análise consideradas.

3.5 Trajetória da Pesquisa

O desenvolvimento e a organização do estudo exigiram um planejamento que foi construído e realizado por meio de várias ações integradas, fundamentais para os vários movimentos de busca pela produção do conhecimento.

O ponto de partida da pesquisa foi à escolha do tema: Liberdade na Formação Acadêmica do Estudante de Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para a melhor compreensão da trajetória desta pesquisa, optou-se em apresentá-la em cinco fases, a seguir:

3.5.1 Primeira Fase

Inicialmente, foram realizadas consultas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), à legislação interna do Curso de Graduação em Administração e a legislação geral dos demais

cursos de graduação da UFSC, bem como às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Administração.

Este estudo teve o intuito de verificar se existiam informações referentes à liberdade de escolha para o estudante de graduação elaborar sua própria formação acadêmica.

Estas informações foram obtidas a partir da análise e estudo de documentos relacionados com o objetivo do trabalho, particularmente, através de documentos publicados na Internet, junto ao sítio eletrônico do Ministério da Educação (MEC) e Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) da UFSC, no segundo semestre do ano de 2005.

3.5.2 Segunda Fase

Nesta fase, realizou-se o estudo da estrutura da 'grade curricular' dos cursos de graduação da UFSC, para identificar qual o percentual de liberdade de escolha de disciplinas que os estudantes de Graduação em Administração tinham em relação ao currículo total, comparando-o com os demais estudantes de graduação da UFSC.

Para a evolução da investigação, o ideal seria pegar as várias mudanças curriculares ao longo da história dos cursos, mas, o tempo demandado para este tipo de levantamento seria insuficiente. Assim, para alcançar o propósito desta pesquisa, tomou-se o currículo dos cursos de graduação e suas habilitações, disponíveis no segundo semestre de 2005, ano em que teve início à pesquisa.

Estas informações foram obtidas a partir da análise e estudo de documentos disponibilizados no sítio eletrônico da UFSC, mais especificamente no *link* da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, que dispõe de informações referentes ao currículo dos cursos de graduação da Universidade.

Neste estudo, a liberdade de escolha de disciplinas do estudante foi identificada, através da estrutura da 'grade curricular' proposta para cada curso, verificando, qual a quantidade de horas/aula de disciplinas optativas que os cursos permitiam que os estudantes realizassem. Esta parte da metodologia foi baseada em Tobias, (1969) ao sugerir que, num Instituto Central de Cultura Superior, ao lado das disciplinas obrigatórias, através das quais se procurará ministrar um saber teórico racionalmente ordenado, nas ramificações do pensar, do sentir e do querer, deverão figurar disciplinas optativas, que, dentro da Universidade, dão ao estudante

a possibilidade de uma liberdade de escolha, não apenas de temas, como de mestres.

Estes dados foram ordenados em ordem decrescente, ou seja, do curso com o maior percentual de disciplinas optativas para o menor. Os dados coletados foram dispostos em quadrantes, permitindo facilitar a identificação do posicionamento do Curso de Graduação em Administração perante os demais cursos da UFSC, bem como verificar quais os cursos que apresentavam uma maior possibilidade de liberdade para o estudante escolher suas disciplinas.

3.5.3 Terceira Fase

Verificou-se, dentro do espaço de liberdade anterior, qual o percentual de disciplinas de efetiva livre escolha em relação ao percentual de “escolha” dirigida pela própria estrutura do Curso de Graduação em Administração, comparando os resultados, posteriormente, com os demais cursos de graduação da Universidade.

Para atingir este objetivo, foi tomada a estrutura curricular proposta para cada um dos cursos e suas habilitações, disponíveis no sítio eletrônico da UFSC (*link* do PREG) no segundo semestre do ano de 2005.

Para tanto, procurou-se identificar qual a quantidade de horas/aula de disciplinas optativas, dirigidas ao estudante pelo próprio curso e, qual a quantidade de horas/aula de efetiva livre escolha permitida ao estudante fazer em qualquer curso da UFSC.

Para melhor visualizar a liberdade de escolha do estudante, decidiu-se categorizar as disciplinas optativas em: liberdade condicionada (aquela que já é dirigida pelo curso) e liberdade plena (aquela em que o estudante tem a liberdade de escolher em qualquer curso da Universidade).

3.5.4 Quarta Fase

Realizou-se um estudo para identificar como os estudantes escolhem as disciplinas optativas, se dentro da estrutura curricular proposta pelo Curso de Graduação em Administração ou se noutras áreas, comparando os resultados, posteriormente, com os demais cursos de graduação da Universidade.

Nesta fase, pelo fato de ser inviável fazer este levantamento com todos os estudantes de graduação da Universidade, devido à falta de tempo e de recursos, optou-se por utilizar uma amostragem não probabilística, para ter apenas uma idéia de como os estudantes escolhem as disciplinas quando têm liberdade para tanto.

Foram eleitos, para compor a amostra, cinco estudantes com melhores índices de aproveitamento acumulado (IAA) de cada curso de graduação, formados no segundo semestre do ano de 2004. Este semestre foi escolhido por ser o mais próximo, com turmas formadas, enquanto a pesquisa estava em desenvolvimento. A escolha dos estudantes se deu com a suposição de que aqueles com índices mais elevados façam um esforço maior para buscar uma formação mais adequada às necessidades pessoais e sociais. Estas informações foram solicitadas ao Núcleo de Processamento de Dados (NPD) no ano de 2005.

3.5.5 Quinta Fase

Na última fase desta pesquisa, frente aos resultados empíricos obtidos da liberdade acadêmica dos estudantes do Curso de Graduação em Administração, comparando os resultados, posteriormente, com os demais cursos de graduação da Universidade, optou-se ainda pela elaboração de um questionário a fim de mostrar a percepção dos coordenadores dos cursos de graduação em relação ao tema desta pesquisa.

Visando garantir a aplicabilidade do questionário elaborado, o mesmo foi previamente avaliado e discutido com colegas de estudo e com o orientador. A única pergunta do questionário teve o intuito de saber o grau que o coordenador atribuía à liberdade acadêmica do estudante do curso que ele coordenava e no que dizia respeito à realidade percebida e ao ideal a ser alcançado, podendo justificá-las. Para estes dois itens, cada resposta foi dada com um número inteiro, numa escala de valoração crescente de 01 (um) a 04 (quatro). Cada número refletiu: a) a opinião sobre a realidade (percebida) do curso e, b) a opinião sobre um ideal a ser alcançado. No caso “b”, qualquer número (entre um e quatro) poderia ser ideal, dependendo da opinião do coordenador.

O instrumento de pesquisa foi operacionalizado por meio da rede mundial de computadores – internet¹ – o que permitiu atingir com rapidez e facilidade os coordenadores dos cursos de graduação da Universidade.

Com o objetivo de obter o maior número de respostas possíveis, após duas semanas de envio dos questionários, foi levado a efeito um retorno, a fim de verificar se a mensagem fora recebida. As informações obtidas foram submetidas à análise, cujas respostas e resultados encontram-se no capítulo 4.7, deste trabalho.

3.6 Descrição das Técnicas de Coleta de Dados

Inicialmente, se utilizou a pesquisa documental que, do ponto de vista de Godoy (1995) e Gil (2002), consiste na análise e estudo de documentos considerados importantes como fontes de dados, para adquirir novas interpretações, através do exame de materiais de natureza diversa que, talvez, ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser re-elaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Outra técnica utilizada foi à amostragem não-probabilística que, segundo Gil (2002), proporciona a seleção dos elementos da população para compor a amostra, o que depende, ao menos em parte, do julgamento do pesquisador.

Posteriormente, optou-se pela elaboração de um questionário como técnica de investigação, a fim de mostrar a percepção dos coordenadores em relação à liberdade acadêmica do estudante. Gil (2002, p. 124) define questionário como “a técnica de investigação composta por [...] questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, expectativas e situações vivenciadas”.

O conceito apresentado se adapta aos propósitos deste objetivo, além de possibilitar atingir um maior número de pessoas, permite processar com rapidez as informações e não demanda grandes investimentos para sua operacionalização.

¹ Primeiras letras da denominação de “Rede internacional de computadores” – *INTERNational NETWORK*.

3.7 Descrição das Técnicas de Análise de Dados

As informações obtidas da pesquisa documental, da amostragem não probabilística e da aplicação do questionário forneceram materiais primários, que foram trabalhados utilizando-se as técnicas de análise documental, propostas por Bardin (2004, p. 40) que define a análise documental como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior a sua consulta e referência”.

Do ponto de vista de Bardin (2004), esta técnica tem como foco principal dar forma conveniente e representar de outro modo às informações encontradas, por intermédio de procedimentos de transformação.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo discorre sobre a exploração, a análise e a interpretação do material recolhido na fase da coleta de dados.

Para a análise e a interpretação dos dados, Minayo (2001) observa que, nesta etapa, ocorre o movimento de olhar para os dados da pesquisa com a finalidade de compreender as questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado.

4.1 As Regulamentações da LDB e CNE

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, instituída em 20 de dezembro de 1996, tem por finalidade o desenvolvimento do educando em seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Conforme o art. 3º desta Lei, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- Art. 3º: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância.

De acordo com o parecer do Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Superior – CNE/CES n. 329/2004, a SESu/MEC propôs sete orientações básicas para elaboração das Diretrizes, sendo elas: “[...] perfil desejado do formando; competências e habilidades desejadas; conteúdos curriculares; duração dos cursos; estrutura modular dos cursos; estágios e atividades complementares; conexão com a avaliação institucional”.

Desse conjunto de orientações, destaca-se a busca por flexibilidade de cursos e carreiras, com a promoção da integração do ensino de graduação com a pós-graduação. As diretrizes curriculares objetivam conferir maior autonomia às Instituições de Ensino Superior na definição dos currículos de seus cursos, havendo, em lugar do sistema de currículos mínimos, a proposição de linhas gerais capazes de definir as competências e habilidades que se deseja desenvolver, por meio da

organização de um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade, em que o curso de graduação passa a se constituir numa etapa de formação inicial no processo contínuo da educação permanente.

O parecer também salienta que a presença de conteúdos essenciais tende a garantir uma uniformidade básica para os cursos, sem prejuízo da liberdade das Instituições de Ensino Superior para definir livremente pelo menos metade da carga horária mínima necessária à obtenção do diploma, de acordo com suas especificidades de oferta de cursos.

Há, portanto, no espírito da lei, uma grande preocupação com a liberdade, tanto da escola, quanto do estudante, para a estruturação da sua formação superior. Mas, não é o que esta pesquisa, aparentemente, encontrou na realidade investigada.

O que se descobriu foi que as disciplinas optativas, caracterizadas aqui como de “liberdade condicionada” e de “liberdade plena”, estão ainda muito aquém do limite de 20% da carga horária mínima do curso, fixada pelo CNE que permite a livre escolha ao estudante. Diante do exposto, entende-se que, por um lado, a legislação tende a permitir uma liberdade mais ampla, mas, por outro lado, a Universidade restringe muito essa possibilidade libertária.

4.2 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração

Conforme o último parecer proposto pela Câmara de Educação Superior e o Conselho Nacional de Educação – CES/CNE n. 023/2005, foram apreciadas novas resoluções para o Curso de Graduação em Administração, ficando revogadas as resoluções e disposições em contrário.

Dentre as várias alterações destacam-se, principalmente, as que incidem diretamente sobre a estrutura curricular e que enfatizam a liberdade na formação curricular do estudante.

O artigo quarto, inciso quinto deste parecer, por exemplo, chama a atenção para a abertura às mudanças e a vontade de aprender, o que parece clamar por uma maior liberdade ao estudante. O artigo diz:

Art. 4º: O Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

V – ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional (CES/CNE, 2005).

Observa-se que também o artigo oitavo reforça esta preocupação com uma formação aparentemente mais livre para a carreira do estudante:

Art. 8º - As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade (CES/CNE, 2005).

Estas idéias ganham força, no parágrafo único deste artigo, que diz: “As atividades complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado” (CES/CNE, 2005).

Portanto, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, parecem sinalizar para a possibilidade de uma maior liberdade na formação do estudante.

4.3 A Regulamentação dos Cursos da UFSC

A Resolução n. 017/CUn/1997, dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC. Segundo o artigo 14, o currículo pleno de cada curso de graduação é elaborado pelo Colegiado do mesmo, ouvidos os Departamentos e o Conselho da Unidade e aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação. Nele, há uma seqüência de disciplinas e/ou blocos de disciplinas, ordenadas por meio de pré-requisitos, quando didaticamente recomendável. Para fins do disposto no *caput* deste artigo considera-se:

Disciplina - é o conjunto de estudos e/ou atividades correspondentes a um programa de ensino desenvolvido em um período letivo;

Bloco de disciplinas – é um conjunto de duas ou mais disciplinas, definido pelo Colegiado do Curso, para efeito de matrícula e seqüência curricular;

Pré-requisito – é a disciplina, bloco de disciplinas ou carga horária cursada, cujo estudo, com o necessário aproveitamento, é exigido para a matrícula em nova disciplina ou bloco (UFSC, 2005).

Para Paviani e Botomé (1993), no entanto, disciplina é um conjunto de informações, muitas vezes consideradas como conhecimento que, de alguma forma, possui limites bastante definidos, com a função de separar e tornar relativamente independente um conjunto de informações de outros com o mesmo nome de “disciplina”.

Na concepção de Morin (2002), a disciplina é uma categoria organizada dentro do conhecimento científico, instituindo a divisão e a especialização do trabalho e respondendo à diversidade das áreas que as ciências abrangem. Ferreira (1975) afirma que a disciplina na educação é utilizada para indicar a predisposição dos estudantes a cumprir regras e a submissão de regulamentos.

Este conceito foi aplicado no presente trabalho de forma bastante ampla, até por se fazer necessário para dar viabilidade à pesquisa. Cada Departamento de Ensino foi considerado um espaço onde se trabalha um único conjunto de conhecimento que distingue este mesmo Departamento dos demais, dentro da Universidade. Assim considerou-se que cada Departamento de Ensino trabalha com uma única disciplina, sendo que aquilo que normalmente se chama de disciplina foi aqui denominado como matéria.

De acordo com o artigo 15, da mesma Resolução, citada anteriormente, o currículo pleno dos cursos é definido conforme dispõe os incisos I, II e III:

I – as disciplinas sejam desdobradas em matérias do currículo mínimo do curso, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação;

II – disciplinas complementares obrigatórias, necessárias à formação profissional do estudante;

III – as disciplinas optativas poderão ser cursadas, desde que obedecidos os pré-requisitos, por livre escolha do estudante, dentre as oferecidas pela Universidade, além daquelas definidas pelo Colegiado do Curso, se for o caso (UFSC, 2005).

O parágrafo primeiro deste artigo deixa bem claro que “as disciplinas optativas, de livre escolha do estudante, dentre as oferecidas pela Universidade, obedecerão,

como limite máximo, o percentual de 20% da carga horária mínima do curso fixada pelo CNE” (UFSC, 2005).

Já o parágrafo segundo do mesmo artigo afirma que o estudante que desejar cursar disciplinas de livre escolha, que impliquem estabelecimento de uma carga horária acima do percentual estabelecido no parágrafo primeiro deste artigo, poderá cursá-las como disciplinas isoladas ou na qualidade de aluno ouvinte (UFSC, 2005).

O que se observou nesta pesquisa, de um modo geral, é que o CNE realmente restringe, impondo o limite de 20% de liberdade de escolha, mas, mesmo assim, a maioria dos cursos de graduação da UFSC não utiliza este limite, ficando bem abaixo do mesmo. Por outro lado, o estudante que quiser fazer disciplinas além destes 20%, terá de fazê-las como isolada ou ainda na qualidade de aluno ouvinte, o que acaba não tendo validade para o currículo pleno.

4.4 Horas/aula de disciplinas optativas para a formação acadêmica dos estudantes nos cursos de graduação da UFSC, no segundo semestre do ano de 2005

O anexo 01 (um), apresenta uma tabela com os cursos de graduação da UFSC, no segundo semestre de 2005, já desdobrados em suas respectivas habilitações, com a carga horária mínima obrigatória para cada curso, bem como suas respectivas disciplinas optativas. Estas por sua vez, estão representadas em percentuais, distribuídos de forma decrescente, do maior para o menor percentual de horas/aula de disciplinas optativas no currículo de cada curso.

Para melhor visualização e comparação, optou-se por dividir esta tabela em um quadro com quadrantes.

Outra opção utilizada para análise da liberdade acadêmica do estudante do Curso de Graduação em Administração em relação aos demais estudantes dos outros cursos de graduação da UFSC, foi a classificação dos cursos em 05 (cinco) grandes áreas de conhecimento. Com base no critério utilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), descrito nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação no portal do MEC (2005), as áreas se apresentam da seguinte forma:

- a) **Ciências Biológicas e da Saúde:** Biomedicina, Ciências Biológicas, Economia Doméstica, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Terapia;
- b) **Ciências Exatas e da Terra:** Ciências Agrárias, Estatística, Física, Geologia, Matemática, Medicina Veterinária, Oceanografia e Química;
- c) **Ciências Humanas e Sociais:** Artes Cênicas, Artes Visuais, Ciências Sociais, Direito, Filosofia, Geografia, História, Letras, Música, Pedagogia e Psicologia;
- d) **Ciências Sociais Aplicadas:** Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências da Informação, Comunicação Social, Hotelaria, Serviço Social, Secretariado Executivo e Turismo;
- e) **Engenharias e Tecnologias:** Arquitetura e Urbanismo, Computação e Informática, Design, Engenharias e Meteorologia.

A análise foi também realizada com base nos Centros de Ensino da UFSC (2005), que classificam-se em:

- a) **Centro de Ciências da Saúde - CCS:** Departamento de Análises Clínicas, Departamento de Clínica Cirúrgica, Departamento de Enfermagem, Departamento de Estomatologia, Departamento de Nutrição, Departamento de Patologia, Departamento de Saúde Pública.
- b) **Centro de Desportos - CDS:** Departamento de Educação Física.
- c) **Centro de Ciências da Educação - CED:** Departamento de Metodologia de Ensino, Departamento de Estudos Especializados em Educação, Departamento de Ciência da Informação.
- d) **Centro Sócio-Econômico - CSE:** Departamento de Administração, Departamento de Contabilidade, Departamento de Ciências Econômicas e Departamento de Serviço Social.
- e) **Centro Tecnológico - CTC:** Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Automação e Sistemas, Departamento de Engenharia Civil, Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas, Departamento de Engenharia Elétrica, Departamento de Engenharia Mecânica, Departamento de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos, Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Departamento de Informática e Estatística.

- f) **Centro de Comunicação e Expressão - CCE:** Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras, Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, Departamento de Expressão Gráfica, Departamento de Jornalismo.
- g) **Centro de Ciências Jurídicas - CCJ.**
- h) **Centro de Ciências Agrárias - CCA:** Departamento de Aqüicultura, Departamento de Ciência e Tecnologia de Alimentos, Departamento de Engenharia Rural, Departamento de Fitotecnia, Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural.
- i) **Centro de Ciências Biológicas - CCB:** Departamento de Biologia Celular, Embriologia e Genética, Departamento de Ecologia e Zoologia, Departamento de Bioquímica, Departamento de Botânica, Departamento de Ciências Fisiológicas, Departamento de Farmacologia, Departamento de Microbiologia e Parasitologia, Departamento de Ciências Morfológicas.
- j) **Centro de Ciências Físicas e Matemáticas - CFM:** Departamento de Química, Departamento de Física, Departamento de Matemática.
- k) **Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH:** Departamento de Antropologia, Departamento de Filosofia, Departamento de Geociências, Departamento de História, Departamento de Psicologia, Departamento de Sociologia e Ciência Política.

A seguir, está apresentado um quadro que mostra o percentual de disciplinas optativas em relação à carga horária mínima obrigatória do Currículo dos Cursos de Graduação da UFSC, só que subdivididos em quadrantes para efeitos de uma melhor visualização e comparação entre os cursos.

Quadro 02 – Percentual de disciplinas optativas em relação à carga horária mínima obrigatória do Currículo dos Cursos de Graduação da UFSC.

1° Quadrante		2° Quadrante	
Cursos de Graduação UFSC	% em Disciplinas Optativas	Cursos de Graduação UFSC	% em Disciplinas Optativas
Jornalismo	35,60 %	Filosofia (L.)	11,60 %
Ciências Sociais (L)	29,60 %	Filosofia (B.)	11,60 %
Ciências Sociais(B)	24,50 %	Economia	10,90 %
Italiano (B.)	20,80 %	Engenharia Elétrica	10,90 %
Alemão (B.)	20,60 %	Espanhol (L.)	10,70 %
Matemática (B.)	20,30 %	Física (L.)	10,30 %
Francês (B.)	18,70 %	Design	10,10 %
Português (B.)	18,40 %	Português (B./L.)	9,90 %
Espanhol (B.)	16,60 %	Psicologia (L.)	9,90 %
Inglês (B.)	16,40 %	Sistemas Informação	9,80 %
Computação (B.)	14,50 %	Psicologia (B.)	9,70 %
Italiano (B./L.)	14,10 %	Francês (B./L.)	9,30 %
Engenharia Mecânica	13,40 %	Biologia	8,90 %
Italiano (L.)	13,30 %	Inglês (B./L.)	8,90 %
Alemão (B./L.)	13,10 %	Francês (L.)	8,60 %
Espanhol (B./L.)	12,50 %	Eng. Aqüicultura	8,50 %
Geografia (B.)	12,50 %	Alemão (L.)	8,50 %
Física (B.)	11,80 %	Geografia (L.)	8,00 %

3° Quadrante		4° Quadrante	
Cursos de Graduação UFSC	% em Disciplinas Optativas	Cursos de Graduação UFSC	% em Disciplinas Optativas
Matemática (L.)	7,70 %	Medicina	3,40 %
Arquitetura	7,70 %	Engenharia Alimentos	2,90 %
História (B./L.)	7,60 %	Pedagogia (L.)	2,70 %
Direito	7,50 %	Engenharia Química	2,50 %
Educação Física	7,20 %	Farmácia T. Alimento.	2,30 %
Pedagogia (B.)	6,60 %	Farmácia Clínicas	2,30 %
Serviço Social	6,50 %	Eng. Prod. Elétrica	2,10 %
Biblioteconomia	5,60 %	Eng. Prod. Mecânica	2,00 %
Português (L.)	5,20 %	Eng. Prod. Civil	2,00 %
Contabilidade	4,80 %	Eng. Automação	2,00 %
Engenharia Materiais	4,30 %	Enfermagem	1,80 %
Inglês (L.)	4,00 %	Odontologia	1,60 %
Psicólogo	3,90 %	Agronomia	0,00 %
Nutrição	3,80 %	Química (B.)	0,00 %
Engenharia Civil	3,70 %	Química (L.)	0,00 %
Engenharia Sanitária	3,60 %	Química Técnica (B)	0,00 %
Administração	3,60 %	Secretário Bilíngüe	0,00%
Farmácia	3,50 %	Cinema	0,00 %

Fonte: Dados da Pesquisa – 2005.

* B. (Bacharelado)

L. (Licenciatura)

Primeiro quadrante: Percentual de disciplinas optativas em relação à carga horária mínima obrigatória do Currículo dos Cursos de Graduação da UFSC.

Cursos de Graduação UFSC	% em Disciplinas Optativas
Jornalismo	35,60 %
Ciências Sociais (L)	29,60 %
Ciências Sociais(B)	24,50 %
Italiano (B.)	20,80 %
Alemão (B.)	20,60 %
Matemática (B.)	20,30 %
Francês (B.)	18,70 %
Português (B.)	18,40 %
Espanhol (B.)	16,60 %
Inglês (B.)	16,40 %
Computação (B.)	14,50 %
Italiano (B./L.)	14,10 %
Engenharia Mecânica	13,40 %
Italiano (L.)	13,30 %
Alemão (B./L.)	13,10 %
Espanhol (B./L.)	12,50 %
Geografia (B.)	12,50 %
Física (B.)	11,80 %

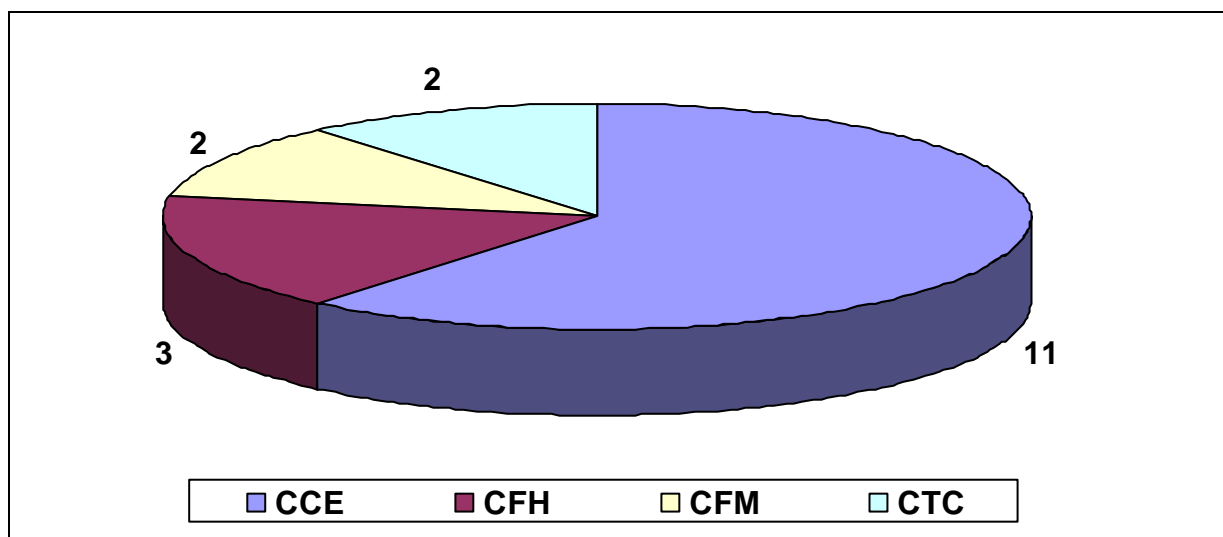
Inicialmente, pode-se observar que 06 (seis) cursos de graduação apresentam um índice de disciplinas optativas, superior aos 20% da carga horária mínima do curso fixada pelo CNE e permitida pela regulamentação dos cursos de graduação da UFSC para a realização de disciplinas de livre escolha. Acima deste índice destacam-se os cursos de Jornalismo (35,6%), Ciências Sociais – Licenciatura (29,6%), Ciências Sociais – Bacharelado (24,5%), Italiano – Bacharelado (20,8%), Alemão – Bacharelado (20,6%) e Matemática – Bacharelado (20,3%). Observa-se que 04 (quatro) destes são pertencentes às áreas de Ciências Humanas e Sociais, 01 (um) da área de Ciências Sociais Aplicadas, inclusive com o maior índice e outro da área de Ciências Exatas e da Terra.

No primeiro quadrante se encontram os cursos e suas habilitações com o maior índice de disciplinas optativas em relação à carga horária mínima obrigatória. Além dos cursos e habilitações com carga superior a 20% estão outros, com percentuais entre 18,7% e 11,8%, a maioria pertencente à área de Ciências Humanas e Sociais, a saber: Francês – Bacharelado, Português – Bacharelado, Espanhol – Bacharelado, Inglês – Bacharelado, Italiano – Bacharelado e Licenciatura, Italiano – Licenciatura, Alemão – Bacharelado e licenciatura, Espanhol – Bacharelado e Licenciatura e Geografia – Bacharelado. Dois cursos são da área das Engenharias e

Tecnologia, sendo eles: Computação – Bacharelado e Engenharia Mecânica e, apenas o curso de Física - Bacharelado da área de Ciências Exatas e da Terra.

Em suma, no primeiro quadrante, estão os cursos da UFSC com maior percentual de disciplinas optativas, destes se sobressaindo os cursos da área de Ciências Humanas e Sociais, com um total de 13 (treze) cursos em 18 (dezoito). Se forem tomados os Centros de Ensino da UFSC como referência observa-se que há predominância de Cursos do Centro de Comunicação e Expressão e de Cursos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 02 – Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, primeiro quadrante.



Fonte: Dados da pesquisa 2005.

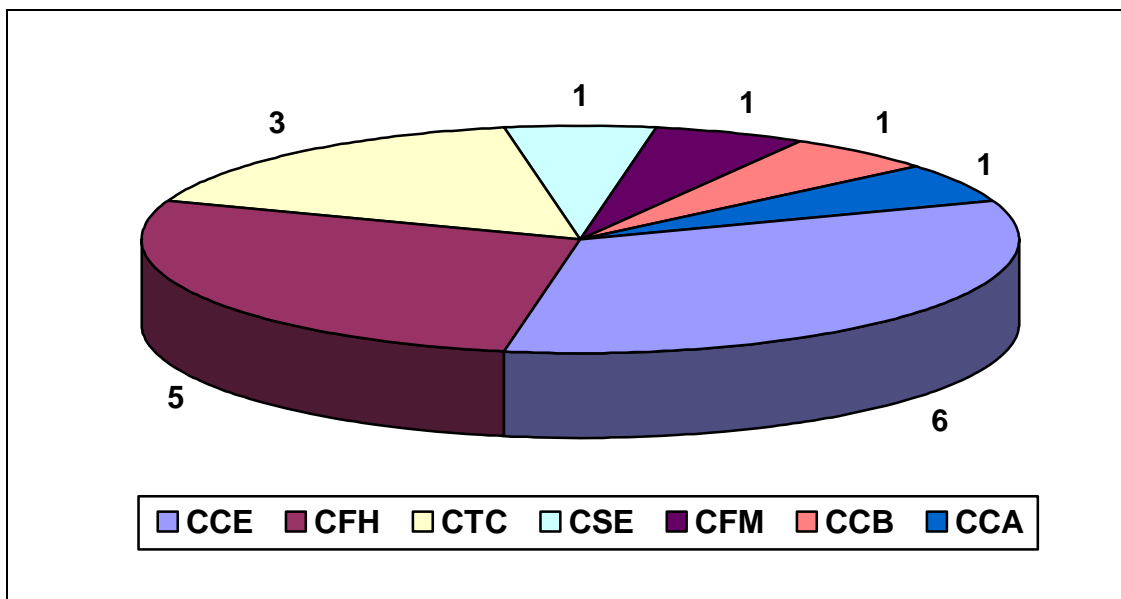
Este gráfico demonstra que dos 18 (dezoito) cursos da UFSC relacionados no primeiro quadrante, 11 (onze) pertencem ao Centro de Comunicação e Expressão, 03 (três) são do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 02 (dois) do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas e 02 (dois) do Centro Tecnológico.

Segundo quadrante: Percentual de disciplinas optativas em relação à carga horária mínima obrigatória do Currículo dos Cursos de Graduação da UFSC.

Cursos de Graduação UFSC	% em Disciplinas Optativas
Filosofia (L.)	11,60 %
Filosofia (B.)	11,60 %
Economia	10,90 %
Engenharia Elétrica	10,90 %
Espanhol (L.)	10,70 %
Física (L.)	10,30 %
Design	10,10 %
Português (B./L.)	9,90 %
Psicologia (L.)	9,90 %
Sistemas Informação	9,80 %
Psicologia (B.)	9,70 %
Francês (B./L.)	9,30 %
Biologia	8,90 %
Inglês (B./L.)	8,90 %
Francês (L.)	8,60 %
Eng. Aqüicultura	8,50 %
Alemão (L.)	8,50 %
Geografia (L.)	8,00 %

Já no segundo quadrante, o percentual da carga horária em disciplinas optativas fica entre 11,6 % e 8 %. Sendo composto pelos seguintes cursos e suas habilitações: Filosofia – Licenciatura, Filosofia – Bacharelado, Espanhol – Licenciatura, Português – Bacharelado e Licenciatura, Psicologia – Licenciatura, Psicologia – Bacharelado, Francês – Bacharelado e Licenciatura, Inglês – Bacharelado e Licenciatura, Francês – Licenciatura, Alemão – Licenciatura e Geografia – Licenciatura (cursos da área de Ciências Humanas e Sociais), Física – Licenciatura e Engenharia de Aqüicultura (cursos da área de Ciências Exatas e da Terra), Engenharia Elétrica e Design (cursos da área de Engenharia e Tecnologia), Economia (na área de Ciências Sociais aplicadas) e Biologia (na área de Ciências Biológicas e Saúde).

Pode-se observar que novamente fica evidente o domínio da área de Ciências Humanas e Sociais com 11 (onze) dos 18 (dezoito) cursos relacionados neste quadrante. Se forem tomados os Centros de Ensino da UFSC, como referência, observa-se novamente um predomínio dos cursos do Centro de Comunicação e Expressão, secundado pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 03 - Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, segundo quadrante.

Fonte: Dados da pesquisa 2005.

Neste quadrante, conforme exemplificado no gráfico 03, dos 18 (dezoito) cursos relacionados da UFSC, outra vez, predominam o Centro de Comunicação e Expressão com 06 (seis) cursos e o Centro de Filosofia e Ciências Humanas com 05 (cinco) cursos, que representa em torno de 61% dos cursos relacionados neste quadrante. Aparece com 03 (três) cursos o Centro Tecnológico e com apenas 01 (um) curso os Centros: Sócio Econômico, Ciências Físicas e Matemáticas, Ciências Biológicas e o de Ciências Agrárias. Dessa forma, pode-se deduzir, desde já, que os cursos com maior liberdade na formação acadêmica do estudante estão nestes dois Centros de Ensino.

Terceiro quadrante: Percentual de disciplinas optativas em relação à carga horária mínima obrigatória do Currículo dos Cursos de Graduação da UFSC.

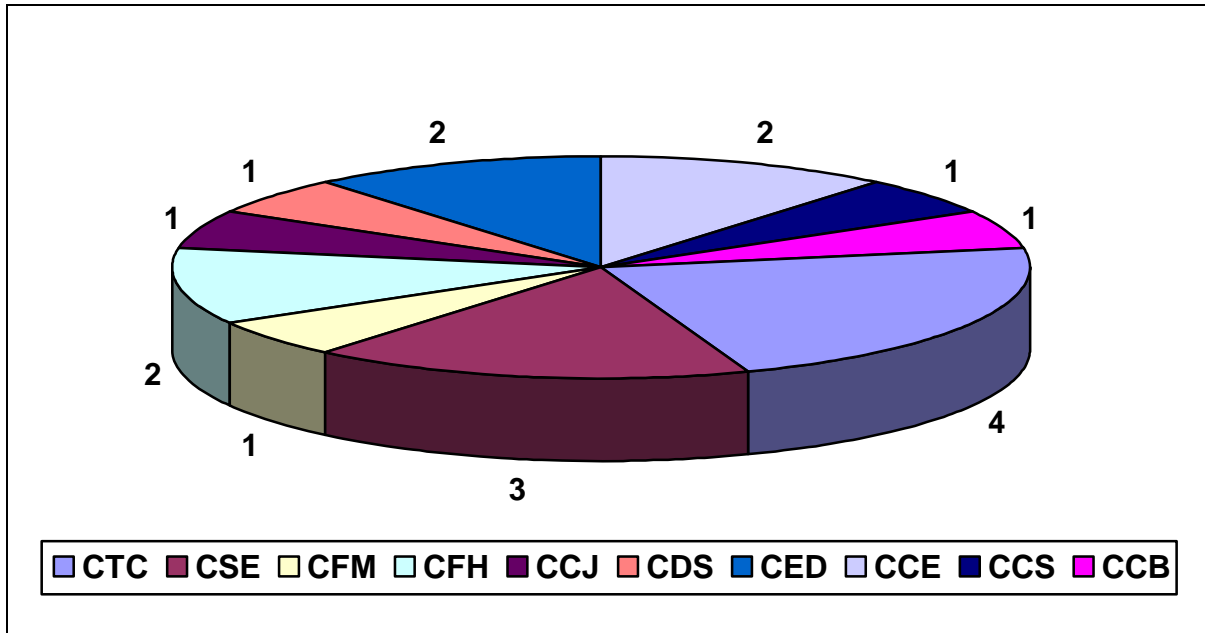
Cursos de Graduação UFSC	% em Disciplinas Optativas
Matemática (L.)	7,70 %
Arquitetura	7,70 %
História (B./L.)	7,60 %
Direito	7,50 %
Educação Física	7,20 %
Pedagogia (B.)	6,60 %
Serviço Social	6,50 %
Biblioteconomia	5,60 %
Português (L.)	5,20 %
Contabilidade	4,80 %
Engenharia Materiais	4,30 %
Inglês (L.)	4,00 %
Psicólogo	3,90 %
Nutrição	3,80 %
Engenharia Civil	3,70 %
Engenharia Sanitária	3,60 %
Administração	3,60 %
Farmácia	3,50 %

O terceiro quadrante apresenta os cursos que tem o índice percentual de disciplinas optativas entre 7,7% e 3,5%. Neste quadrante se encontra o Curso de Graduação em Administração com o percentual 3,6% de disciplinas optativas na sua estrutura curricular. Os cursos e suas habilitações que pertencem à área de Ciências Humanas e Sociais têm outra vez, sua maioria neste quadrante, perfazendo um total de 06 (seis) cursos, sendo eles: História – Bacharelado e Licenciatura, Direito, Pedagogia – Bacharelado, Português – Licenciatura, Inglês – Licenciatura e Psicólogo. Na área de Ciências Sociais Aplicadas aparecem os cursos de: Administração, Serviço Social, Contabilidade e Biblioteconomia. Em Engenharia e Tecnologia classificam-se os cursos de: Arquitetura, Engenharia de Materiais, Engenharia Civil e Engenharia Sanitária. Já nas Ciências Biológicas e Saúde se tem os cursos de: Educação Física, Nutrição e Farmácia. Completa o quadrante o curso de Matemática da área de Ciências Exatas e da Terra.

Se forem tomados os Centros de Ensino da UFSC, como referência, observa-se que dos quatro Cursos do Centro Sócio Econômico, 03 (três) estão neste quadrante, incluindo o Curso de Administração. Este quadrante, quando comparado com o segundo, se verifica que, a única exceção é o Curso de Economia,

pertencente ao Centro Sócio Econômico, que encontra-se entre os primeiros do segundo quadrante, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 04 - Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, terceiro quadrante.



Fonte: Dados da pesquisa 2005.

Este gráfico demonstra que este quadrante é representado por 10 (dez) Centros de Ensino da UFSC, aonde se destacam o Centro Tecnológico, com 04 (quatro) cursos e o Centro Sócio Econômico, com 03 (três) cursos, sendo um deles o Curso de Graduação em Administração. Com 02 (dois) cursos se tem: o Centro de filosofia e Ciências Humanas, o Centro de Ciências da Educação e o Centro de Comunicação e Expressão. Completam com apenas 01 (um) curso: o Centro de Ciências Jurídicas, o Centro de Desportos, o Centro de Ciências da Saúde e o Centro de Ciências Biológicas.

Quarto quadrante: Percentual de disciplinas optativas em relação à carga horária mínima obrigatória do Currículo dos Cursos de Graduação da UFSC.

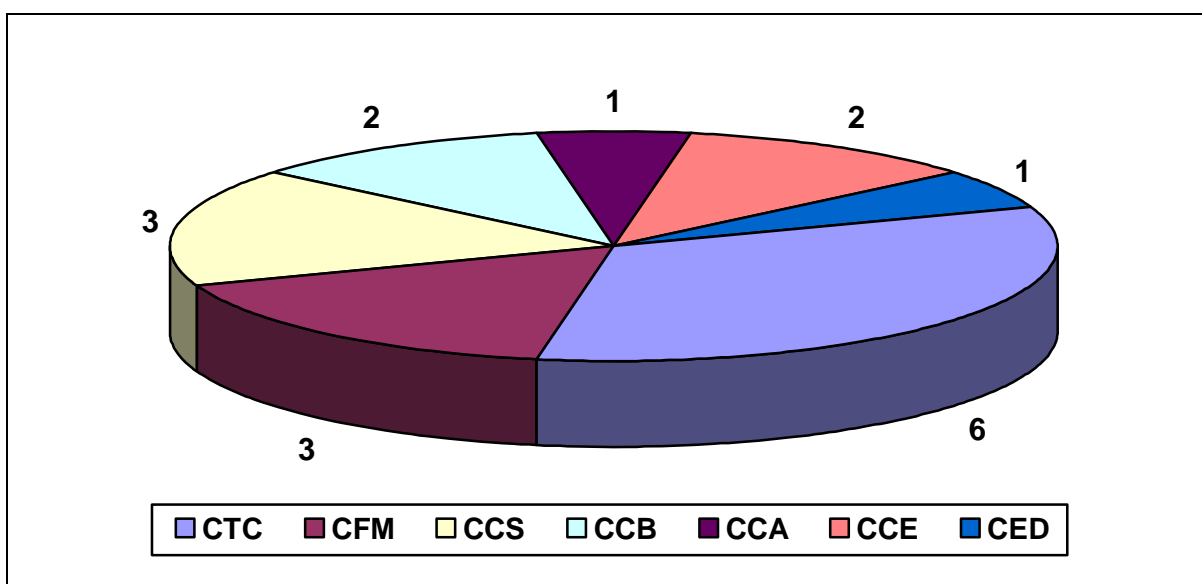
Cursos de Graduação UFSC	% em Disciplinas Optativas
Medicina	3,40 %
Engenharia Alimentos	2,90 %
Pedagogia (L.)	2,70 %
Engenharia Química	2,50 %
Farmácia T. Alimento.	2,30 %
Farmácia Clínicas	2,30 %
Eng. Prod. Elétrica	2,10 %
Eng. Prod. Mecânica	2,00 %
Eng. Prod. Civil	2,00 %
Eng. Automação	2,00 %
Enfermagem	1,80 %
Odontologia	1,60 %
Agronomia	0,00 %
Química (B.)	0,00 %
Química (L.)	0,00 %
Química Técnica (B)	0,00 %
Secretário Bilíngüe	0,00%
Cinema	0,00 %

No quarto quadrante estão classificados os cursos com o menor índice percentual em disciplinas optativas, que ficam entre 3,4% e nenhuma disciplina optativa. Conforme mostra o quadrante, na área de Ciências Biológicas e Saúde estão os cursos de: Medicina, Farmácia – Tecnologia de Alimentos, Farmácia – Clínica, Enfermagem e Odontologia. A área de Engenharia e Tecnologia são representadas neste quadrante pelos seguintes cursos: Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Produção Elétrica, Engenharia de Produção Mecânica, Engenharia de Produção Civil e Engenharia de Automação. Na área de Ciências Exatas e da Terra, com nenhuma disciplina optativa, destacam-se os cursos de: Agronomia, Química – Bacharelado, Química – Licenciatura e Química – Tecnólogo Bacharelado. A maior surpresa neste quadrante são os 03 (três) cursos da área de Ciências Humanas e Sociais, sendo o curso de Pedagogia com 2,7% e os cursos de Secretário Bilíngüe e Cinema, com nenhuma disciplina optativa na sua estrutura curricular.

Levando-se em conta os Centros de Ensino da UFSC chama a atenção, neste quarto quadrante, a concentração dos cursos do Centro Tecnológico, do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas e do Centro de Ciências da Saúde. O Curso de Engenharia Civil e Engenharia Sanitária, por exemplo, ocupam os últimos lugares do

terceiro quadrante e, portanto, poderiam estar relacionado perfeitamente no quarto quadrante. Em suma, pode-se dizer que os Cursos do Centro Tecnológico, estão entre os que oferecem menor liberdade para o estudante na confecção de sua própria formação acadêmica, seguidos, posteriormente, pelos cursos do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas e do Centro de Ciências da Saúde, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 05 - Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, quarto quadrante.



Fonte: Dados da pesquisa 2005.

Este gráfico, demonstra que neste quadrante, se tem a maior concentração dos cursos do Centro Tecnológico com 06 (seis) cursos. Aparecem com 03 (três) cursos, o Centro de Ciências Físicas e Matemáticas e o Centro de Ciências da Saúde. Completam o gráfico com 02 (dois) cursos os Centros de Ciências Biológicas e o Centro de Comunicação e Expressão, e com apenas 01 (um) curso o Centro de Ciências da Educação e o Centro de Ciências Agrárias.

Realizando-se uma comparação geral entre o Curso de Graduação em Administração com os demais, observa-se que:

O Curso de Graduação em Administração com apenas 3,6%, de carga de disciplinas optativas em sua proposta curricular; encontra-se muito distante do limite dos 20% de livre escolha da carga horária mínima do curso fixada pelo CNE e permitida pela regulamentação dos cursos de graduação da UFSC.

Outra observação que vale destacar é a análise por área de conhecimento, onde o Curso de Graduação em Administração, que faz parte da área de Ciências

Sociais Aplicadas, aparece na pesquisa como o de menor índice dentro de sua área (3,6%). Por outro lado, o curso de Jornalismo, pertencente à mesma área de conhecimento, tem 35,6% de disciplinas optativas na sua estrutura curricular.

Comparando o Curso de Graduação em Administração com os demais se pode observar que o mesmo permite pouca liberdade acadêmica considerando o percentual limite de 20% de livre escolha permitida. Porém, verifica-se que o Curso de Graduação em Administração tem mais liberdade que a maioria dos cursos da área de Engenharia e Tecnologia e alguns das Ciências Biológicas e Saúde, cujos índices estão abaixo dos 3,6% no que diz respeito à participação de disciplinas optativas na estrutura curricular.

Cabe observar ainda que o Curso de Graduação em Administração é o que oferece a menor liberdade de escolha na formação de seu estudante, dentre os seus pares do Centro Sócio Econômico. Importante lembrar, que isto ocorre na análise de horas/aula de disciplinas optativas.

4.5 Indicadores de liberdade condicionada e de liberdade plena para os estudantes na sua formação acadêmica nos cursos de graduação da UFSC, no segundo semestre do ano de 2005

O anexo 02 (dois), apresenta uma tabela que mostra os cursos de graduação e suas habilitações na UFSC. Nesta tabela apresenta-se a quantidade de horas/aula da carga horária mínima obrigatória do currículo de cada curso, já desdobrados em suas respectivas habilitações e disciplinas optativas. Estas, por sua vez, foram categorizadas em liberdade condicionada (aquela que é oferecida ao estudante pelo curso) e liberdade plena (aquela em que o estudante tem a liberdade de escolher as disciplinas que tiver interesse em fazer na Universidade).

Para melhor visualização e comparação, optou-se por dividir esta tabela em quadrantes, utilizando-se, também aqui, a categorização de liberdade condicionada e de liberdade plena. Esta análise baseia-se no critério utilizado pela CAPES, que classifica os cursos em 05 (cinco) grandes áreas de conhecimento, conforme citado na análise do quadro anterior. Também, optou-se pela comparação e análise, de acordo com os Centros de Ensino da UFSC.

Os cursos e suas habilitações foram dispostos em ordem decrescente, do maior percentual de disciplinas optativas - liberdade plena para o menor, divididos em quadrantes.

Quadro 03 – Percentual de liberdade plena do estudante em ordem decrescente na escolha de disciplina optativa em relação à carga horária mínima obrigatória de cada curso de graduação da UFSC, no segundo semestre do ano de 2005.

1° QUADRANTE				2° QUADRANTE			
Cursos UFSC	01	02	03	Cursos UFSC	01	02	03
Italiano (B.)	2016	00%	20,8%	Psicologia (B.)	3708	00%	9,7%
Francês (B.)	1926	00%	18,7%	Francês (B./L.)	3276	00%	9,3%
Português (B.)	2115	00%	18,4%	Inglês (B./L.)	4704	00%	8,9%
Jornalismo	3438	18,8%	16,7%	Francês (L.)	2088	00%	8,6%
Ciências Soc.(B)	2646	7,9%	16,6%	Eng. Aqüicultura	3600	00%	8,5%
Espanhol (B.)	1986	00%	16,6%	Geografia (L.)	2700	00%	8,0%
Inglês (B.)	2016	00%	16,4%	História (B./L.)	2826	00%	7,6%
Italiano (B./L.)	4734	00%	14,1%	Alemão (B./L.)	4584	5,9%	7,2%
Italiano (L.)	2028	00%	13,3%	Educação Física	3006	00%	7,2%
Geografia (B.)	2880	00%	12,5%	Espanhol (B./L.)	4794	5,6%	6,9%
Ciências Soc(L)	2188	17,6%	12,0%	Pedagogia (B.)	3294	00%	6,6%
Filosofia (L.)	2484	00%	11,6%	Português (L.)	2592	00%	5,2%
Filosofia (B.)	2484	00%	11,6%	Física (L.)	2808	5,1%	5,1%
Alemão (B.)	1896	9,5%	11,1%	Design	3900	5,5%	4,6%
Economia	2760	00%	10,9%	Alemão (L.)	2118	4,3%	4,3%
Espanhol (L.)	2238	00%	10,7%	Eng. Elétrica	4284	6,7%	4,2%
Português (B./L.)	5307	00%	9,9%	Computação (B)	3114	10,4%	4,1%
Psicologia (L.)	3654	00%	9,8%	Matemática (B.)	2664	16,2%	4,1%

3° QUADRANTE				4° QUADRANTE			
Cursos UFSC	01	02	03	Cursos UFSC	01	02	03
Inglês (L.)	2268	0,00%	4,00%	Eng. Sanitária	4482	2,40%	1,20%
Arquitetura	3900	3,90%	3,90%	Eng. Alimentos	4386	1,60%	1,20%
Psicólogo	4680	0,00%	3,90%	Eng. Civil	4410	2,40%	1,20%
Nutrição	3793	0,00%	3,80%	Eng. Química	4356	1,20%	1,20%
Administração	3024	0,00%	3,60%	Física (B.)	3042	10,8%	1,20%
Farmácia	3096	0,00%	3,50%	Direito	3860	7,50%	0,00%
Eng. Mecânica	4032	10,7%	2,70%	Serviço Social	3312	6,50%	0,00%
Pedagogia (L.)	3294	0,00%	2,70%	Medicina	8406	3,40%	0,00%
Matemática (L.)	2790	5,20%	2,60%	Eng. Pr. Elétrica	4230	2,10%	0,00%
Sistemas Inf.	2934	7,40%	2,50%	Eng. Prod. Civil	4446	2,00%	0,00%
Biblioteconomia	2898	3,30%	2,30%	Eng. Pro Mecânica	4446	2,00%	0,00%
Farmácia Clín.	4698	0,00%	2,30%	Eng. Automação	4766	1,90%	0,00%
Farmácia T. Alim	4788	0,00%	2,30%	Química (B.)	3330	0,00%	0,00%
Biologia	4050	7,10%	1,80%	Química (L.)	3384	0,00%	0,00%
Enfermagem	4122	0,00%	1,70%	Química Tec. (B)	3402	0,00%	0,00%
Odontologia	4600	0,00%	1,60%	Agronomia	4644	0,00%	0,00%
Contabilidade	3384	3,20%	1,60%	Secretário Bilingüe	3744	0,00%	0,00%
Eng. Materiais	4202	3,00%	1,30%	Cinema	2200	0,00%	0,00%

Fonte: Dados da Pesquisa 2005. * B. (Bacharelado) L. (Licenciatura)

Coluna 01: Carga horária mínima obrigatória dos cursos de graduação da UFSC em 2005.

Coluna 02: Liberdade condicionada em relação ao total de H/A em disciplinas optativas.

Coluna 03: Liberdade plena em relação ao total de horas/aula em disciplinas optativas.

Percentual de liberdade plena do estudante em ordem decrescente na escolha de disciplina optativa em relação à carga horária mínima obrigatória de cada curso de graduação da UFSC, no segundo semestre do ano de 2005.

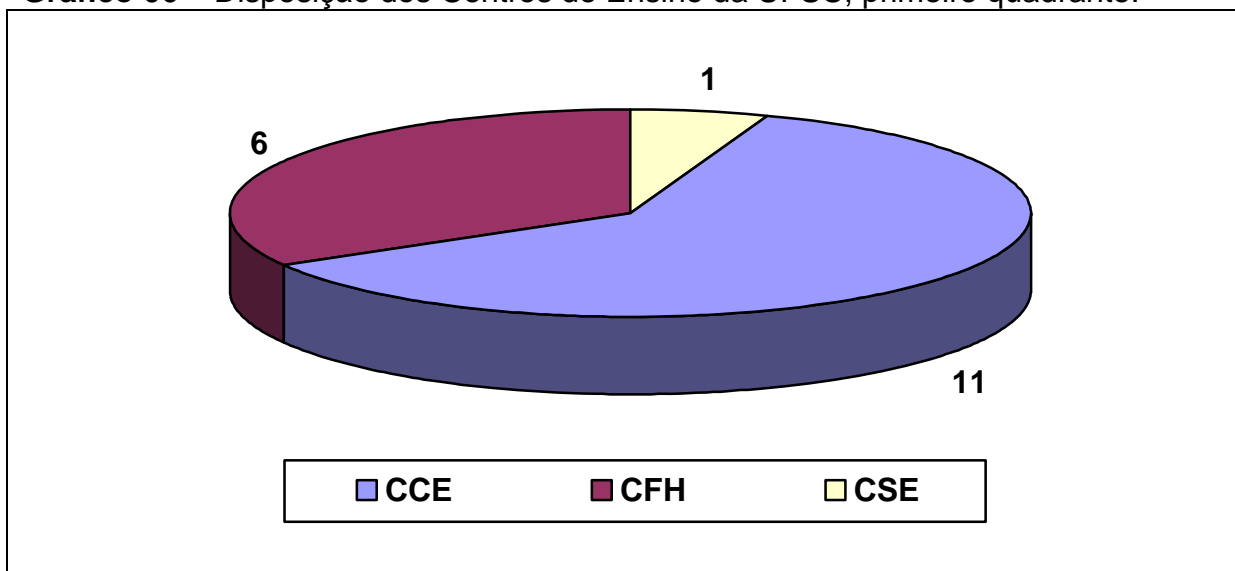
1° QUADRANTE			
Cursos UFSC	01	02	03
Italiano (B.)	2016	00%	20,8%
Francês (B.)	1926	00%	18,7%
Português (B.)	2115	00%	18,4%
Jornalismo	3438	18,8%	16,7%
Ciências Soc.(B)	2646	7,9%	16,6%
Espanhol (B.)	1986	00%	16,6%
Inglês (B.)	2016	00%	16,4%
Italiano (B./L.)	4734	00%	14,1%
Italiano (L.)	2028	00%	13,3%
Geografia (B.)	2880	00%	12,5%
Ciências Soc(L)	2188	17,6%	12,0%
Filosofia (L.)	2484	00%	11,6%
Filosofia (B.)	2484	00%	11,6%
Alemão (B.)	1896	9,5%	11,1%
Economia	2760	00%	10,9%
Espanhol (L.)	2238	00%	10,7%
Português (B./L.)	5307	00%	9,9%
Psicologia (L.)	3654	00%	9,8%

No primeiro quadrante se verifica que somente o curso de graduação em Letras com habilitação em Italiano – Bacharelado, pertencente à área de Ciências Humanas, utiliza o limite de 20% de livre escolha da carga horária mínima do curso, fixada pelo CNE e permitida pela regulamentação dos cursos de graduação da UFSC para a realização de disciplinas optativas livres. Os demais cursos deste quadrante apresentam um percentual entre 18,7% a 9,7%. Dentre eles destacam-se os cursos da área de Ciências Humanas Sociais, num total de 16 (dezesesseis) entre os 18 (dezoito) cursos, sendo eles: Francês – Bacharelado, Português – Bacharelado, Ciências Sociais – Bacharelado, Espanhol – Bacharelado, Inglês – Bacharelado, Italiano – Bacharelado e Licenciatura, Italiano – Licenciatura,

Geografia – Bacharelado, Ciências Sociais – Licenciatura, Filosofia – Licenciatura, Filosofia – Bacharelado, Alemão – Bacharelado, Espanhol – Licenciatura, Português – Bacharelado e Licenciatura, Psicologia – Licenciatura. Completa este quadrante os 02 (dois) cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas, que são: Jornalismo e Economia.

Em suma, no primeiro quadrante, encontram-se os cursos da UFSC com maior percentual de liberdade plena em relação ao total de horas/aula em disciplinas optativas, destes se sobressaem os cursos da área de Ciências Humanas e Sociais, com um total de 16 (dezesesseis) cursos em 18 (dezoito). Se forem tomados os Centros de Ensino da UFSC como referência, observa-se que há predominância de Cursos do Centro de Comunicação e Expressão e de Cursos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 06 – Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, primeiro quadrante.



Fonte: Dados da pesquisa 2005.

Este gráfico demonstra que dos 18 (dezoito) cursos da UFSC relacionados no primeiro quadrante, 11 (onze) são pertencentes ao Centro de Comunicação e Expressão, representando um total de 61% dos cursos deste quadrante, outros 06 (seis) cursos são do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e apenas 01 (um) do Centro Sócio Econômico.

Percentual de liberdade plena do estudante em ordem decrescente na escolha de disciplina optativa em relação à carga horária mínima obrigatória de cada curso de graduação da UFSC, no segundo semestre do ano de 2005.

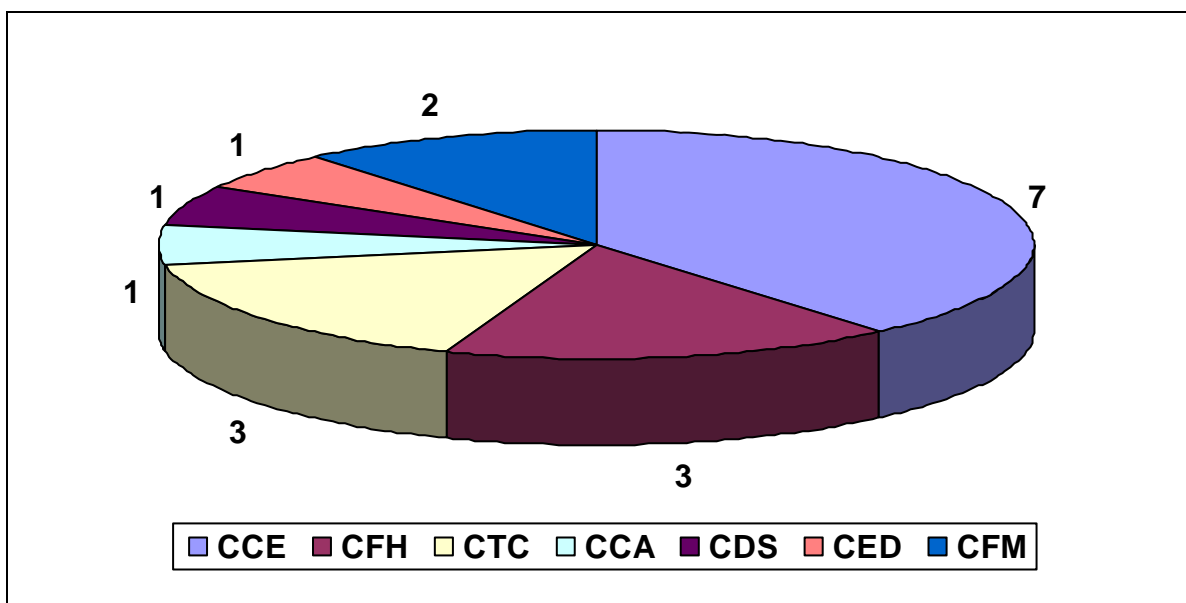
2° QUADRANTE			
Cursos UFSC	01	02	03
Psicologia (B.)	3708	00%	9,7%
Francês (B./L.)	3276	00%	9,3%
Inglês (B./L.)	4704	00%	8,9%
Francês (L.)	2088	00%	8,6%
Eng. Aqüicultura	3600	00%	8,5%
Geografia (L.)	2700	00%	8,0%
História (B./L.)	2826	00%	7,6%
Alemão (B./L.)	4584	5,9%	7,2%
Educação Física	3006	00%	7,2%
Espanhol (B./L.)	4794	5,6%	6,9%
Pedagogia (B.)	3294	00%	6,6%
Português (L.)	2592	00%	5,2%
Física (L.)	2808	5,1%	5,1%
Design	3900	5,5%	4,6%
Alemão (L.)	2118	4,3%	4,3%
Eng. Elétrica	4284	6,7%	4,2%
Computação (B)	3114	10,4%	4,1%
Matemática (B.)	2664	16,2%	4,1%

No segundo quadrante se classificam os cursos de graduação que apresentam uma liberdade plena de escolha pelo estudante entre 9,7% e 4,1%. Neste quadrante, novamente os cursos da área de Ciências Humanas e Sociais representam a maioria, com o total de 11 (onze) cursos entre 18 (dezoito), sendo eles: Psicologia – Bacharelado, Francês – Bacharelado e Licenciatura, Inglês – Bacharelado e Licenciatura, Francês – Licenciatura, Geografia – Licenciatura, História – Bacharelado e Licenciatura, Alemão – Bacharelado e Licenciatura, Espanhol – Bacharelado e Licenciatura, Pedagogia – Bacharelado, Português – Licenciatura e Alemão – Licenciatura. 04 (quatro) cursos são da área de Engenharia e Tecnologia: Engenharia Aqüicultura, Design, Engenharia Elétrica e Computação – Bacharelado. Completam o quadrante os cursos de Física – Licenciatura e Matemática – Bacharelado da área de Ciências Exatas e da Terra, e apenas o curso de Educação Física da área de Ciências Biológicas e Saúde.

Pode-se observar que fica evidente o domínio da área de Ciências Humanas e Sociais com 11 (onze) dos 18 (dezoito) cursos relacionados neste quadrante. Se forem tomados os Centros de Ensino da UFSC, como referência, observa-se novamente um predomínio dos cursos do Centro de Comunicação e Expressão,

secundado pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro Tecnológico, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 07 – Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, segundo quadrante.



Fonte: Dados da pesquisa 2005.

Neste quadrante, conforme exemplificado no gráfico 07, dos 18 (dezoito) cursos relacionados da UFSC, outra vez, predomina o Centro de Comunicação e Expressão com 07 (sete) cursos. Em seqüência com menor expressão aparecem com 03 (três) cursos, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas e o Centro Tecnológico. Com 02 (dois) cursos o Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, e com apenas 01 (um) curso os Centros: Centro de Ciências Agrárias, Centro de Desportos e o Centro de Ciências da Educação.

Dessa forma, pode-se deduzir concretamente, que os cursos com maior liberdade plena na formação acadêmica do estudante para a escolha de disciplina optativa em relação à carga horária mínima obrigatória de cada curso de graduação da UFSC, estão no Centro de Comunicação e Expressão e no Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

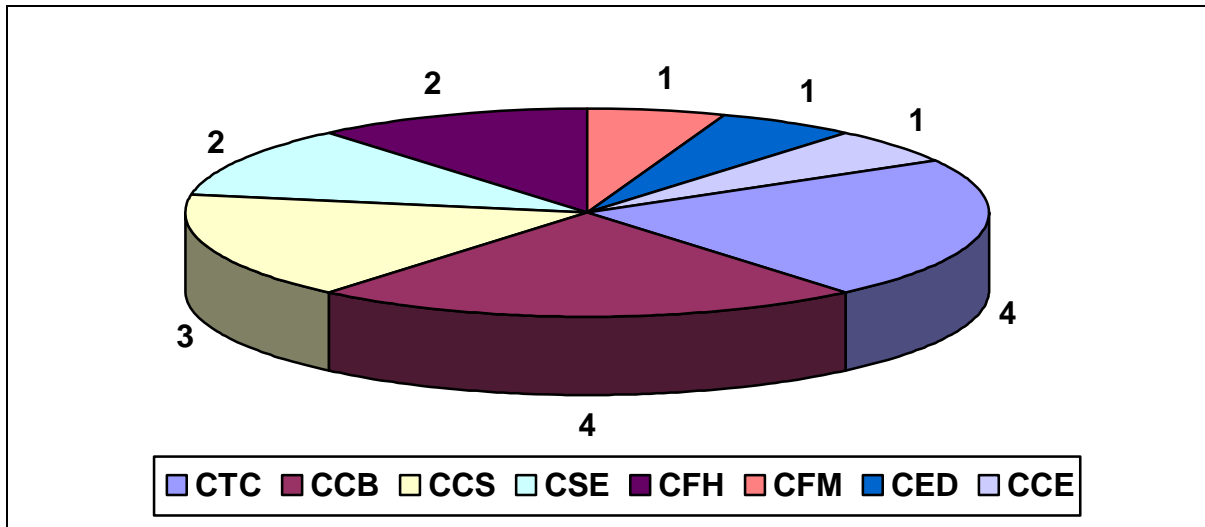
Percentual de liberdade plena do estudante em ordem decrescente na escolha de disciplina optativa em relação à carga horária mínima obrigatória de cada curso de graduação da UFSC, no segundo semestre do ano de 2005.

3° QUADRANTE			
Cursos UFSC	01	02	03
Inglês (L.)	2268	0,00%	4,00%
Arquitetura	3900	3,90%	3,90%
Psicólogo	4680	0,00%	3,90%
Nutrição	3793	0,00%	3,80%
Administração	3024	0,00%	3,60%
Farmácia	3096	0,00%	3,50%
Eng. Mecânica	4032	10,7%	2,70%
Pedagogia (L.)	3294	0,00%	2,70%
Matemática (L.)	2790	5,20%	2,60%
Sistemas Inf.	2934	7,40%	2,50%
Biblioteconomia	2898	3,30%	2,30%
Farmácia Clín.	4698	0,00%	2,30%
Farmácia T. Alim	4788	0,00%	2,30%
Biologia	4050	7,10%	1,80%
Enfermagem	4122	0,00%	1,70%
Odontologia	4600	0,00%	1,60%
Contabilidade	3384	3,20%	1,60%
Eng. Materiais	4202	3,00%	1,30%

Já a partir do terceiro quadrante estão relacionados os cursos que apresentam índices menores de liberdade plena em sua estrutura curricular, ou seja, compreendidos entre o percentual de 4% a 1,3%. Dentre eles destaca-se o Curso de Graduação em Administração com 3,6%. Observa-se que neste quadrante os cursos da área de Ciências Biológicas e Saúde aparecem com maior número, somando um total de 07 (sete) cursos, sendo eles: Nutrição, Farmácia, Farmácia Clínica, Farmácia Técnica de Alimentos, Biologia, Enfermagem e Odontologia. Na área de Ciências Humanas, encontram-se os cursos de: Inglês – Licenciatura, Psicólogo, Pedagogia – Licenciatura. Em Engenharia e Tecnologia se tem os cursos de Arquitetura, Engenharia Mecânica e Engenharia de Materiais. Para a área de Ciências Sociais Aplicadas classificam-se neste quadrante os cursos de: Administração, Sistemas de Informação, Biblioteconomia e Contabilidade. Completa o quadrante com apenas o curso de Matemática – Licenciatura, as Ciências Exatas e da Terra.

Se forem tomados os Centros de Ensino da UFSC, como referência, observa-se que dos quatro Cursos do Centro Sócio Econômico, dois estão neste quadrante, sendo um deles o Curso de Administração, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 08 - Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, terceiro quadrante.



Fonte: Dados da pesquisa 2005.

Este gráfico demonstra que este quadrante é representado por 08 (oito) Centros de Ensino da UFSC, onde se destacam, com 04 (quatro) cursos, o Centro Tecnológico e o Centro de Ciências Biológicas, e com 03 (três) cursos o Centro de Ciências da Saúde. O Curso de Graduação em Administração representa um dos 02 (dois) cursos do Centro Sócio Econômico. Neste quadrante, com o mesmo número de cursos se tem o Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Completam o quadrante com apenas 01 (um) curso, o Centro de Ciências Físicas e Matemática, o Centro de Ciências da Educação e o Centro de Comunicação e Expressão.

Percentual de liberdade plena do estudante em ordem decrescente na escolha de disciplina optativa em relação à carga horária mínima obrigatória de cada curso de graduação da UFSC, no segundo semestre do ano de 2005.

4° QUADRANTE			
Cursos UFSC	01	02	03
Eng. Sanitária	4482	2,40%	1,20%
Eng. Alimentos	4386	1,60%	1,20%
Eng. Civil	4410	2,40%	1,20%
Eng. Química	4356	1,20%	1,20%
Física (B.)	3042	10,8%	1,20%
Direito	3860	7,50%	0,00%
Serviço Social	3312	6,50%	0,00%
Medicina	8406	3,40%	0,00%
Eng. Pr. Elétrica	4230	2,10%	0,00%
Eng. Prod. Civil	4446	2,00%	0,00%
Eng. Pro Mecânica	4446	2,00%	0,00%
Eng. Automação	4766	1,90%	0,00%
Química (B.)	3330	0,00%	0,00%
Química (L.)	3384	0,00%	0,00%
Química Tec. (B)	3402	0,00%	0,00%
Agronomia	4644	0,00%	0,00%
Secretário Bilíngüe	3744	0,00%	0,00%
Cinema	2200	0,00%	0,00%

No quarto quadrante se encontram os cursos que praticamente não oferecem nenhuma liberdade para o estudante realizar disciplinas optativas de livre escolha. Verifica-se que apenas 04 (quatro) cursos da área de Engenharia e Tecnologia oferecem em torno de 1,2% de liberdade plena ao estudante, sendo eles: Engenharia Sanitária, Engenharia de Alimentos, Engenharia Civil e Engenharia Química. E também com este índice de 1,2%, apenas Física – Bacharelado, das Ciências Exatas e da Terra. Os outros 13 (treze) cursos que completam este quadrante têm o índice zero, ou seja, não oferece nenhuma liberdade para o estudante realizar disciplinas noutros cursos da Universidade. Os cursos e áreas de conhecimento com este índice, são as seguintes:

Da área de Engenharia e Tecnologia: Engenharia de Produção Elétrica, Engenharia de Produção Civil, Engenharia de Produção Mecânica e Engenharia de Automação Industrial;

Na área das Ciências Exatas e da Terra: Química – Bacharelado, Química – Licenciatura, Química – Tecnólogo Bacharelado e Agronomia;

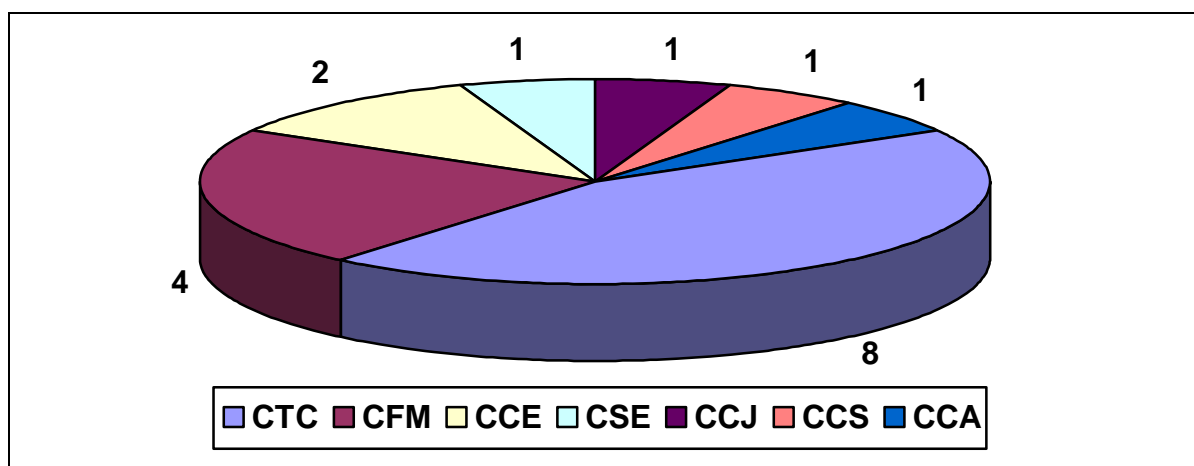
Para a área de Ciências Sociais Aplicadas: Serviço Social;

Em Ciências Biológicas e Saúde: Medicina;

Nas Ciências Humanas e Sociais os cursos de: Direito, Secretário Bilingüe e Cinema.

Levando-se em conta os Centros de Ensino da UFSC chama a atenção, neste quarto quadrante, principalmente a concentração dos cursos do Centro Tecnológico e do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas. O Curso de Engenharia de Materiais, por exemplo, ocupou o último lugar do terceiro quadrante e, portanto, poderia estar relacionado perfeitamente no quarto quadrante. Em suma, pode-se afirmar, que a maioria dos Cursos do Centro Tecnológico, estão entre os que oferecem menor liberdade plena para o estudante na confecção de sua própria formação acadêmica, seguido, pelos cursos do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, conforme disposto no gráfico abaixo:

Gráfico 09 - Disposição dos Centros de Ensino da UFSC, quarto quadrante.



Fonte: Dados da pesquisa 2005.

Este gráfico, demonstra que neste quadrante, se tem a maior concentração dos cursos do Centro Tecnológico, 08 (oito) cursos, do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, 04 (quatro) e o Centro de Comunicação e Expressão, 02 (dois) cursos. Aparecem com apenas 01 (um) curso: o Centro Sócio Econômico, o Centro de Ciências Jurídicas, o Centro de Ciências da Saúde e o Centro de Ciências Agrárias.

Realizando-se uma análise geral destes quadrantes e principalmente comparando o Curso de Graduação em Administração com os demais cursos da Universidade, pode-se verificar o seguinte:

O Curso de Graduação em Administração com 3,6% de liberdade plena em disciplinas optativas, está bastante distante do limite de 20% de livre escolha permitido pela legislação da UFSC e do CNE. Em contrapartida, o estudante pode

utilizar este limite de 3,6% com total liberdade, podendo realizar disciplinas em qualquer curso da Universidade.

Quando se compara o Curso de Graduação em Administração com os demais, em especial com os cursos de Engenharia Mecânica, Matemática – Licenciatura, Sistemas de Informação, Biologia, Física – Bacharelado, Direito e Serviço Social, que se classificam no terceiro e quarto quadrante, se verifica que aparentemente apresentam em sua estrutura curricular um maior percentual em disciplinas optativas, porém, se observa que esta liberdade é praticamente condicionada dentro do rol de optativas oferecidas pelo próprio curso. O que se pode verificar, é que o currículo do Curso de Administração com sua pequena quantidade de disciplinas optativas, ainda propicia alguma liberdade acadêmica ao estudante.

Por outro lado, quando comparado o Curso de Graduação em Administração com os cursos do primeiro e segundo quadrantes, a situação se inverte. Verifica-se que o mesmo fica distante, pois, os índices destes cursos giram em torno de 20% a 4,1% de liberdade plena em disciplinas optativas. Também se observa uma predominância dos cursos da área de Ciências Humanas e Sociais com um índice considerável, ou seja, de 20% a 7% de liberdade plena em disciplinas optativas.

Cabe observar ainda que o Curso de Graduação em Administração, dentre os seus pares do Centro Sócio Econômico, esta apenas atrás do curso de Economia. Sendo assim, é o segundo, oferecendo maior liberdade de escolha na formação de seu estudante. Importante ressaltar, que isto ocorre na análise de liberdade plena do estudante na escolha de disciplina optativa em relação à carga horária mínima obrigatória do curso.

4.6 Análise das disciplinas optativas realizadas pelos estudantes dos Cursos de Graduação da UFSC

Após realizar um estudo dos currículos dos Cursos de Graduação da UFSC, a fim de verificar a liberdade acadêmica dos mesmos, entre si, verificou-se aonde o estudante realiza as disciplinas optativas, quando tem a liberdade para tal. Este estudo foi realizado com os 05 (cinco) estudantes de melhores índices de aproveitamento acumulado (IAA), conforme mencionado na metodologia desta pesquisa.

Tabela 02 – Percentual das disciplinas optativas realizadas pelos estudantes no rol de disciplinas oferecidas pelo próprio curso e nos demais cursos da UFSC.

Cursos de Graduação UFSC	01	02	03	04	05
Jornalismo	50,00%	50,00%	35,60%	16,70%	16,70%
Letras – Italiano	28,57%	71,43%	20,80%	20,80%	14,90%
Ciências Sociais	47,61%	52,39%	24,50%	16,60%	12,84%
Letras – Francês	38,46%	61,54%	9,30%	18,70%	11,50%
Letras – Inglês	33,33%	66,67%	16,40%	16,40%	10,90%
Letras – Alemão	47,61%	52,40%	20,60%	11,10%	10,80%
Letras – Espanhol	54,05%	45,95%	16,60%	16,60%	7,60%
Ciências Econômicas	35,38%	64,62%	10,90%	10,90%	7,00%
Geografia	64,28%	35,72%	12,50%	12,50%	4,50%
Filosofia	67,44%	32,60%	11,60%	11,60%	3,80%
Letras – Português	80,76%	19,24%	18,40%	18,40%	3,60%
Pedagogia	70,73%	29,27%	6,60%	6,60%	2,90%
Engenharia Mecânica	80,00%	20,00%	13,40%	2,70%	2,70%
Matemática	40,00%	60,00%	20,30%	4,10%	2,50%
História	68,11%	31,89%	7,60%	7,60%	2,40%
Farmácia Análises Clínicas	18,18%	81,82%	2,30%	2,30%	1,90%
Farmácia Técnica de Alimentos	17,39%	82,61%	2,30%	2,30%	1,80%
Ciências Biológicas	80,00%	20,00%	8,90%	1,80%	1,80%
Nutrição	52,63%	47,37%	3,80%	3,80%	1,80%
Arquitetura e Urbanismo	80,00%	20,00%	7,80%	3,90%	1,60%
Ciências Computação	89,58%	10,42%	14,50%	4,10%	1,50%
Engenharia Elétrica	88,04%	11,96%	10,90%	4,20%	1,30%
Engenharia de Materiais	60,00%	30,00%	4,30%	1,30%	1,30%
Engenharia Química	50,00%	50,00%	2,40%	1,20%	1,20%
Engenharia Sanitária Ambiental	66,00%	34,00%	3,60%	1,20%	1,20%
Educação Física	84,00%	16,00%	7,20%	7,20%	1,20%
Design	90,62%	9,38%	10,10%	4,60%	1,00%
Física	49,96%	50,04%	11,80%	2,00%	1,00%
Engenharia de Alimentos	65,00%	35,00%	2,90%	1,20%	1,00%
Administração	78,26%	21,74%	3,60%	3,60%	0,78%
Odontologia	57,14%	42,86%	1,60%	1,60%	0,70%
Biblioteconomia	89,28%	10,72%	5,60%	2,30%	0,60%
Sistemas de Informação	80,00%	20,00%	9,80%	2,50%	0,50%
Enfermagem	77,77%	22,23%	1,80%	1,70%	0,40%
Engenharia Civil	88,88%	11,12%	3,70%	1,20%	0,40%
Ciências Contábeis	100,0%	0,00%	4,80%	1,60%	0,00%
Agronomia	100,0%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Direito	100,00%	0,00%	7,50%	0,00%	0,00%
Engenharia Controle Automação	100,00	0,00%	2,00%	0,00%	0,00 %
Engenharia de Produção Civil	100,00%	0,00%	2,00%	0,00%	0,00 %
Engenharia de Produção elétrica	100,00%	0,00%	2,10%	0,00%	0,00 %
Engenharia de Produção Mecânica	100,00%	0,00%	2,00%	0,00%	0,00 %
Medicina	100,00%	0,00%	3,40%	0,00%	0,00%
Psicologia	100,00%	0,00%	9,70%	9,70%	0,00%
Química	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Serviço Social	100,00%	0,00%	6,50%	0,00%	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa – 2005.

Coluna 01: percentual de disciplinas optativas feitas dentro do rol indicado no currículo do curso.

Coluna 02: percentual de disciplinas optativas feitas fora do rol indicado no currículo do curso.

Coluna 03: percentual limite de disciplinas optativas permitidas em relação à carga horária mínima obrigatória do curso.

Coluna 04: percentual limite de disciplinas optativas/liberdade plena em relação ao percentual total de disciplinas optativas do curso.

Coluna 05: percentual de disciplinas optativas feitas pelos estudantes fora do rol oferecido no currículo do curso, isto, em relação ao percentual limite de disciplinas optativas.

A tabela anterior, foi elaborada a partir de dados estatísticos do segundo semestre do ano de 2004, fornecidos pelo Núcleo de Processamento de Dados (NPD) da UFSC, no ano de 2005, que indicam as disciplinas optativas realizadas pelos estudantes de graduação sem suas habilitações.

Para efeito de análise da tabela anterior, optou-se por adotar a percentagem das disciplinas optativas dos currículos dos cursos como sendo habilitação em bacharelado, pois, o documento fornecido pelo NPD, não traz especificado as devidas habilitações. Os cursos analisados por este critério são: Ciências Sociais, Filosofia, Física, Geografia, História, Alemão, Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Português, Matemática, Pedagogia, Psicologia e Química.

A partir da tabela anterior se observa que, de um modo geral, os estudantes pertencentes aos cursos de: Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Jornalismo, Letras – Alemão, Espanhol, Francês, Inglês e Italiano, realizam o maior número de disciplinas optativas com liberdade plena de escolha. Conforme mostram os dados da pesquisa estes são os cursos que disponibilizam o maior percentual em disciplinas optativas – liberdade plena, que gira em torno de 11% a 20% da carga horária mínima obrigatória do currículo de cada curso. Observa-se, assim, que estes estudantes aproveitam praticamente toda essa liberdade.

Em contrapartida, verifica-se que os estudantes de 04 (quatro) cursos da área das Engenharias, onde o percentual de liberdade plena de escolha fica entre 2,7% e 1,2% da carga horária mínima obrigatória do currículo de cada curso, eles aproveitam 100% desta liberdade plena de escolha.

Outro destaque verificado foi o curso de Psicologia, que apresenta em seu currículo um elevado índice (9,7%) de disciplinas optativas com liberdade plena de escolha para o estudante, correspondente a 360 horas/aula. Este dado chama a atenção, pois, apesar desta considerável liberdade plena, surpreendentemente os estudantes não realizam nenhuma disciplina optativa fora do rol indicado pelo curso. Outro curso de caso praticamente idêntico é Português, que embora, apresente um percentual de 18,4% de liberdade plena, os estudantes, apenas utilizam 3,6% desta liberdade.

Por sua vez, os estudantes do Curso de Graduação em Administração, conforme mostra os dados da tabela acima, tem em seu currículo um percentual de 3,6% de liberdade plena na escolha das disciplinas optativas, em relação à carga horária mínima obrigatória do curso (3024 h/a), que corresponde a 108 horas/aula. Observando a tabela, se verifica que os 05 estudantes de melhor (IAA) no Curso de Graduação em Administração, utilizam menos de 1% das disciplinas optativas com liberdade plena. Mesmo com um baixo percentual de liberdade plena no curso (3,6%), o estudante não demonstra interesse em aproveitar essa liberdade. Desta forma, surgem algumas suposições como:

Talvez estes estudantes não tenham conhecimento de que podem fazer disciplinas optativas em outros cursos da Universidade.

Talvez utilizem as disciplinas optativas sugeridas no rol do curso porque elas se encaixam melhor na sua carga horária, principalmente estudantes do curso noturno, que tem menos flexibilidade de horário.

4.7 Percepção dos coordenadores dos cursos de graduação com relação à liberdade acadêmica do estudante nos cursos que coordenam

Nesta etapa da pesquisa, para se conhecer a percepção que os coordenadores dos Cursos de Graduação da UFSC em relação à liberdade do estudante, realizou-se a seguinte pergunta:

Que grau você atribui ao curso que coordena no que tange à liberdade do estudante para montar seu próprio currículo?

Para tal, o coordenador deveria dar sua opinião referente ao grau que ele atribuía quanto à liberdade acadêmica do estudante do curso que coordenava no que dizia respeito à realidade percebida e ao ideal a ser alcançado, justificando-os

se assim o desejasse. Para estes dois itens, cada resposta poderia ser efetivada com um número inteiro, numa escala de valoração crescente de 01 (um) a 04 (quatro).

Após o envio por *e-mail* do questionário a todos os coordenadores dos cursos de graduação da UFSC, percebeu-se que muitos não responderam, prejudicando de certa forma a pesquisa. Obteve-se resposta de apenas 12 (doze) coordenadores, representando os seguintes cursos: Ciências Contábeis, Serviço Social, Jornalismo, Filosofia, Geografia, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Arquitetura e Urbanismo, Enfermagem, Medicina e Odontologia. O Coordenador do Curso de Administração não respondeu ao questionário, mesmo sendo solicitado por diversas vezes.

Quadro 04 – Percepção dos coordenadores dos cursos de graduação da UFSC em relação à liberdade acadêmica do estudante nos cursos que coordenam

Liberdade Acadêmica do estudante	Realidade percebida do curso				Ideal a ser alcançado			
	01	02	03	04	01	02	03	04
Grau de percepção dos coordenadores	07	02	02	01	01	01	04	06

Fonte: Dados da pesquisa – 2005.

Coluna 01 e 02: indicam baixa liberdade acadêmica.

Coluna 03 e 04: indicam alta liberdade acadêmica.

De um modo geral, pode-se observar que a maioria dos respondentes tem o mesmo ponto de vista ao que se refere à realidade percebida e o ideal a ser alcançado. Verifica-se que cerca de 75% dos coordenadores de cursos de graduação entendem que seus cursos apresentam baixa liberdade ao estudante. Por outro lado, em torno de 83% julgam que seria ideal oferecer maior liberdade na formação acadêmica do estudante. Observa-se aparentemente que a percepção destes coordenadores é condizente com a realidade encontrada na presente pesquisa.

A seguir se apresentam as opiniões dos respondentes quanto à liberdade acadêmica do estudante para montar seu próprio currículo.

Dois coordenadores de cursos da área de Engenharia e Tecnologia foram praticamente unânimes nas suas respostas. O primeiro respondeu: **É claro que não**

há liberdade do estudante para montar seu próprio currículo. A propósito: existe alguma em qualquer Universidade Brasileira que isto seja feito? Os Conselhos Profissionais reconhecem isso ou mesmo possibilitam ou mesmo incentivam? O segundo respondeu: A liberdade dos acadêmicos é praticamente nula. Tem grande liberdade na escolha dos seus estágios (que representam um quarto da carga do curso), mas, nenhuma nas disciplinas. Isto é resultado de decisões colegiadas que, em minha opinião, deveriam mudar.

Apesar dos coordenadores entenderem que, praticamente não exista liberdade para o estudante montar seu próprio currículo, cabe lembrar que, conforme já citado anteriormente na pesquisa, de acordo com a Resolução n. 017/CUn/1997, que dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC em seu artigo 15, § 1º, deixa bem claro que as disciplinas optativas, serão de livre escolha ao estudante, dentre as oferecidas pela Universidade e obedecerão como limite máximo, o percentual de 20% da carga horária mínima do curso fixada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE. Por outro lado, se observa a preocupação de um coordenador para que aconteça esta mudança. Também, se verificou na pesquisa realizada, que estes cursos realmente não apresentam praticamente nenhuma liberdade ao estudante para a confecção de pelo menos parte de seu currículo.

Segundo o ponto de vista de um coordenador da mesma área de conhecimento afirma que: **Entendemos que o aluno deve seguir um conjunto de disciplinas obrigatórias, necessárias à sua formação base. Tendo esta formação, de maneira sólida, o mesmo pode ter uma certa especialização com as optativas. Inclusive observa que, O aluno tem a possibilidade de atuar sobre 14% da carga total, escolhendo disciplinas dentre um rol de optativas oferecidas em cada semestre. Destas disciplinas 2,6 % podem ser em qualquer área da UFSC. Além destas pode cursar outras, mas não contam na carga total de 4.104 horas-aula.**

O relato deste coordenador é condizente com a realidade encontrada em seu curso também contrária à afirmação dos coordenadores anteriores. Isso aparentemente reforça a contradição entre, de um lado a legislação que permite a possibilidade de maior liberdade ao estudante e, de outro lado, a realidade encontrada na própria Universidade.

A coordenadora de um curso da área de Ciências Sociais Aplicadas tem a seguinte opinião: **O aluno tem liberdade para escolher algumas disciplinas optativas e as atividades complementares, dentro de um rol que lhe é oferecido. Não acreditamos que alunos novos, de graduação, saibam quais são as matérias importantes para o seu futuro profissional. Eles podem até gostar mais de algumas, ou ter uma vaga idéia, mas os professores têm a experiência e mais condições de saber o que eles vão precisar na vida profissional. Isto em termos gerais, mas esse posicionamento não nos impediu de ouvir as sugestões dos alunos, através do representante discente, que participou ativamente da comissão de elaboração do novo projeto pedagógico, inclusive do novo currículo. Uma disciplina como Mercado de Capitais, por exemplo, foi incluída por sugestão dos alunos, que sentem a sua falta, assim como a retirada de algumas outras. O projeto pedagógico será acompanhado com cuidado, e aplicaremos questionários de avaliação a cada semestre, para saber a posição dos alunos e dos professores. O que realmente seria bom, e é difícil de ser feito, é saber a opinião dos alunos alguns anos depois de formados.**

Considera-se relevante e interessante a preocupação desta coordenadora quanto à participação do estudante na formação do novo currículo do curso, bem como o acompanhamento através de avaliações. Porém, na pesquisa o curso **se** mostra com pouca liberdade ao estudante, sendo que o mesmo se encontra no último quadrante. Como observação complementar, é interessante o foco exclusivamente profissionalizante dado pela coordenadora à formação acadêmica dos estudantes de graduação.

Na opinião de uma coordenadora de curso da área de Engenharia e Tecnologia, **A liberdade de o aluno vir a montar seu próprio currículo é uma meta cujo interesse deve ser visto de forma relativa. A autonomia, a consciência crítica e a independência do estudante, sem dúvida, se constituem em objetivos desejáveis. Existem, no entanto, conteúdos básicos na formação [...] que deveriam obrigatoriamente ser percorridas pelos alunos, tanto as de caráter técnico-construtivo, histórico-crítico, as ferramentas e métodos projetuais, entre outras, importantes para garantir uma formação consistente e qualificada. Deveria haver, por outro lado, uma maior oferta no leque de opções de disciplinas optativas que pudessem aprofundar os diferentes**

saberes, os diferentes interesses dos alunos [...], ou mesmo para abrir aos estudantes os campos contíguos de atuação[...].

No entanto, a pesquisa realizada mostrou que o currículo deste curso apresenta-se distante do limite dos 20% permitidos pelo regulamento dos cursos de graduação da UFSC. O mesmo utiliza apenas 3,9% em disciplinas optativas, aqui categorizadas de liberdade plena.

Já o coordenador de um curso da área de Ciências Sociais Aplicadas, afirmou que: **Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação/96, houve um processo de flexibilização que possibilitou o estudante participar mais ativamente na constituição de seu currículo. As possibilidades concretas para tal empreendimento implicam um conhecimento por parte do aluno com relação: as opções que o Curso oferece, a Universidade como um todo e, também, dos Programas e Convênios existentes, entre eles, Escala Estudantil e o de Mobilidade Estudantil. No Curso [...] as dificuldades existentes devem-se ao número insuficiente de professores efetivos para atenderem os dois turnos (matutino e noturno) e as 04 entradas ao ano. [...] Quando o aluno procura compor seu currículo cursando disciplinas oferecidas por outros cursos encontra dificuldades, ou seja, o número de vagas disponibilizado é inferior à demanda existente. A Lei de Diretrizes e Base da Educação aponta para possibilidades importantes, contudo, em decorrência da Reforma Universitária em curso, em face do não acompanhamento e avaliação efetiva das possibilidades e alternativas existentes, corre-se o risco da autonomia do estudante se transformar em uma flexibilização que comprometa a excelência do processo de formação profissional.**

Verifica-se que o coordenador deste curso parece ter conhecimento e apreço a liberdade acadêmica do estudante, porém, destaca dificuldades na realização, bem como a preocupação para com a qualidade de ensino e formação profissional do estudante. A pesquisa mostrou que este curso apresenta em seu currículo as disciplinas optativas condicionadas dentro do próprio curso. Sendo que o mesmo encontra-se no último quadrante, que representa os cursos de menor liberdade.

Para um dos coordenadores de um curso da área de Ciências Humanas e Sociais: **O currículo atual não permite flexibilidades, mas, com a reforma curricular que se encontra em pleno andamento, espera-se que esta liberdade possa ser alcançada.** O outro coordenador da mesma área diz que: **As disciplinas**

do curso têm muitos pré-requisitos e isso amarra o aluno numa grade seqüencial; também não há uma política de optativas nem estímulo para diversificar as escolhas; o ideal seria combinar as obrigatórias com uns pacotes de optativas, focados em determinadas áreas, estimulando o aluno [...] a circular pelos outros cursos, pois esse é um bom treinamento para quem pretende atuar convivendo com os mais diversos setores e pessoas da sociedade.

Conforme a pesquisa realizada, verificou-se que são exatamente os cursos da área de Ciências Humanas que apresentam uma maior liberdade, pois, em torno de 70% destes cursos contempla em seu currículo um índice entre 10% a 20% de liberdade plena.

Na opinião do coordenador de um curso da área de Ciências Biológicas e Saúde: **o atual projeto pedagógico do curso apresenta uma intensa carga horária e um sistema que não permite ao estudante uma maior flexibilidade para a elaboração do seu próprio currículo.**

Realmente isto se confirmou no estudo feito; este curso encontra-se com um baixo índice de liberdade, se classificando no último quadrante da pesquisa.

Um coordenador de curso da mesma área afirma que: **Existem as disciplinas optativas e os estágios não-obrigatórios, regulamentados pela Coordenação do Curso, que permitem uma construção particular do currículo para aquele aluno que deseja desde a sua formação, seguir uma especialidade.** Outro coordenador da mesma área diz que: **Ao implantar as diretrizes curriculares, preocupamo-nos em assegurar espaço para que o estudante possa – e seja estimulado a fazê-lo, realizar atividades de formação que possam vir ao encontro de suas aspirações e inclinações pessoais. Entretanto essa possibilidade não é ilimitada, uma vez que o Curso tem uma intencionalidade de perfil [...] que deseja formar.**

No entanto, se verificou na pesquisa realizada que estes cursos apresentam pouca liberdade, ou seja, um deles apenas 3,4% de liberdade condicionada e outro 1,6% de liberdade plena.

Numa análise geral das opiniões dentre os coordenadores que responderam ao questionário, pode-se verificar que:

Primeiro, parece que existe certo desconhecimento por parte de alguns coordenadores quanto à legislação vigente, que diz: “as disciplinas optativas, de

livre escolha ao estudante, dentre as oferecidas pela Universidade, obedecerão como limite máximo, o percentual de 20% da carga horária mínima do curso fixada pelo Conselho Nacional de Educação” (UFSC, 2006). Portanto, se é possível, porque a não utilização.

Por outro lado, verifica-se a preocupação e o interesse pela maioria dos respondentes quanto à possibilidade de maior liberdade ao estudante. Embora, sendo destacados alguns entraves como: pré-requisitos, carga horária obrigatória do curso elevada, desconhecimento do estudante quanto à liberdade, número de vagas disponibilizado inferior à demanda existente, falta de estímulos aos estudantes para diversificar as escolhas, etc.

Dentre as diversas opiniões cabe destacar uma que sugere: **o ideal seria combinar as obrigatórias com pacotes de optativas, focados em determinadas áreas, estimulando o aluno [...] a circular pelos outros cursos, pois esse é um bom treinamento para quem pretende atuar convivendo com os mais diversos setores e pessoas da sociedade.** Esta afirmação é relevante, pois vem de encontro com o que afirma o guru da Administração Peter Drucker (2001). Para ele, o conhecimento deve ser buscado em outras áreas, o que permite as pessoas criarem, pensarem, gerirem e inovarem com maior facilidade.

5. CONCLUSÕES

Nesta pesquisa, propôs-se pesquisar a liberdade acadêmica na formação do estudante do Curso de Graduação em Administração em relação aos demais estudantes dos cursos de graduação da UFSC. A partir da questão principal da pesquisa foram elaboradas outras perguntas que auxiliaram na concretização do trabalho. A procura pelas respostas a cada uma dessas perguntas formou a pesquisa em si.

Nessa perspectiva, o problema de pesquisa foi identificar se os estudantes do Curso de Graduação em Administração tinham mais ou menos liberdade acadêmica, para sua própria formação, que os estudantes dos demais cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Com base nos objetivos pesquisados, neste trabalho obteve-se as seguintes conclusões:

Primeiro destaca-se a discrepância entre o Conselho Nacional da Educação e a realidade dos cursos de graduação da UFSC. Foi verificado que o CNE regulamenta que as disciplinas optativas, de livre escolha do estudante, dentre as oferecidas pela Universidade, deveriam obedecer, como limite máximo, o percentual de 20% da carga horária mínima do curso. A pesquisa, por outro lado, mostrou que em torno de 95 % dos cursos de graduação da Universidade não utiliza todo o limite dos 20% de livre escolha para a formação do estudante. Talvez, isto seja reflexo de um excessivo corporativismo profissionalizante, atrapalhando o espírito da lei, que contempla uma visão de formação mais abrangente e geral. Esse corporativismo, por sua vez, leva cada Departamento de Ensino a oferecer praticamente quase todos os programas de ensino dentro de um determinado curso de graduação, que julga estar subordinado a si (Departamento).

Também observou-se esta mesma distorção na legislação da LDB, que coloca em seu artigo 3º os princípios que norteiam o ensino, dentre eles destaca-se em especial a liberdade de aprender, o respeito à liberdade, o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas. Novamente, de um lado a legislação parece priorizar maior liberdade no ensino. Por outro, a realidade encontrada nesta pesquisa não mostrou isto. Como se pode observar no capítulo anterior, onde um coordenador chegou a questionar que não há liberdade do estudante para montar seu próprio currículo. E argumentou: Existe alguma em qualquer Universidade Brasileira que isto

seja feito? Os Conselhos Profissionais reconhecem tais, ou mesmo possibilitam, ou mesmo incentivam?

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais afirmam que o Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que propicie ao Administrador, vontade de aprender, criatividade, iniciativa, abertura às mudanças. Aparentemente, observa-se que as DCNs sinalizam a possibilidade para que o estudante de Administração tenha uma formação mais libertária, ou seja, dentro do seu próprio interesse. A pesquisa realizada, mostrou que o Curso de Graduação em Administração tem 3,6% de disciplinas optativas com liberdade plena de escolha na sua estrutura curricular, o que representa pouca liberdade quando comparado com os demais cursos de graduação da UFSC.

O Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC – Resolução nº. 017/Cun/97 – obedece às diretrizes propostas pelo CNE, que permite como limite máximo 20% da carga horária mínima do curso, para o estudante escolher livremente disciplinas optativas oferecidas pela Universidade. A pesquisa aponta que os coordenadores dos cursos, bem como estudantes fazem pouco uso desta liberdade.

Quanto à liberdade de escolha do estudante do Curso de Graduação em Administração, observou-se que o curso apresenta 3,6% de liberdade plena, ou seja, pouca liberdade perante os 20% de livre escolha que a legislação permite. Outra observação, foi que o Curso de Graduação em Administração, dentre os seus pares do Centro Sócio Econômico, está apenas atrás do curso de Economia. Sendo assim, é segundo, oferecendo maior liberdade plena de escolha na formação de seu estudante.

Quando comparado o Curso de Graduação em Administração com os demais cursos de graduação da UFSC, verificou-se que boa parte dos cursos apresenta uma maior liberdade acadêmica para o estudante.

A pesquisa demonstrou que os cursos com maior liberdade plena na formação acadêmica do estudante para a escolha de disciplina optativa em relação à carga horária mínima obrigatória de cada curso de graduação da UFSC, estão no Centro de Comunicação e Expressão e no Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Por outro lado, verificou-se que, a maioria dos Cursos do Centro Tecnológico estão entre os que oferecem menor liberdade plena para o estudante na confecção

de sua própria formação acadêmica, seguido, pelos cursos do Centro de Ciências Física e Matemática.

Além disso, o estudante do Curso de Graduação em Administração, mesmo com a pouca liberdade de escolha oferecida, ainda acaba fazendo pouco uso da mesma. A pesquisa mostrou que os cinco estudantes do curso de Graduação em Administração com os melhores índices de aproveitamento acumulado (IAA), utilizam apenas 1% dos 3,6% de liberdade de escolha permitida pela estrutura curricular do curso.

Esta pouca procura por outras disciplinas noutros cursos da Universidade leva a questionar o porquê dos estudantes ficarem praticamente amarrados dentro do próprio curso. Talvez eles desconheçam a liberdade que lhes é permitida? Talvez saibam mas não queiram usá-la. Talvez a 'grade curricular' do curso inviabilize a opção de escolha de outras disciplinas noutros cursos da Universidade? Para responder a tais questionamentos, caberia realizar nova pesquisa diretamente com o estudante para saber qual a sua percepção sobre esta realidade acadêmica.

A pesquisa sobre a percepção dos Coordenadores dos cursos de graduação da UFSC, demonstrou que em torno de 75% dos entrevistados entendem que seus cursos apresentam pouca liberdade acadêmica para os estudantes. Por outro lado, em torno de 83% julgam que seria ideal oferecer maior liberdade acadêmica para o estudante. Observa-se, aparentemente, que a percepção destes coordenadores é condizente com a realidade encontrada na presente pesquisa. Porém, não se pode generalizar esta percepção para com os demais cursos, pois, os respondentes desta pesquisa representam aproximadamente 20% dos Coordenadores de cursos de graduação da Universidade é bom. Lembrar, no entanto que 20% pode ser considerada uma amostra mais do que significativa.

Também, ficou claro que o Curso de Graduação em Administração da UFSC tem um espaço muito reduzido, para que o estudante tenha uma maior liberdade de escolha na consecução do seu próprio currículo. Será que todas as pessoas irão fazer as mesmas coisas depois no trabalho? Todos têm os mesmos interesses? Por que os currículos têm que ser tão padronizados por área de formação na Universidade? Estes questionamentos vem de encontro a doutrina de Peter Drucker (2001), um dos maiores expoentes que a teoria administrativa já conheceu. Ele questiona se a principal razão pela qual tantas pessoas não saibam como se

desempenhar, não seria pelo fato de que as Escolas insistem na necessidade de haver uma única maneira para todos fazerem seus trabalhos escolares.

5.1 Recomendações

Com base nas conclusões desta pesquisa, apontam-se algumas recomendações que se apresentam convenientes para o aprofundamento da questão estudada.

Inicialmente, entende-se que o Curso de Graduação em Administração da UFSC poderia, além de atender às necessidades do mercado de trabalho, também, mudar seu enfoque de solucionador de problemas, pois, o Administrador, diante da imprevisibilidade das situações, tem que fazer escolhas e opções o tempo todo. Para tal, o curso poderia propiciar a liberdade necessária para desenvolver o conhecimento de acordo com os interesses pessoais e profissionais de cada estudante, pois, pressupõe-se que uma maior liberdade de escolha permitirá o estudante criar, inovar e refletir. Estas idéias são defendidas na literatura, pelo menos por Andrade e Amboni (2002) e Peter Drucker (2001).

Neste sentido, a Universidade deveria propiciar maiores informações, divulgar, esclarecer, fazer o estudante saber e conhecer essa possibilidade de maior liberdade acadêmica oferecida pela instituição, bem como criar estas possibilidades.

Numa visão mais ampla, seria interessante que as Universidades compreendessem que o currículo é apenas um instrumento a serviço da aprendizagem e não um fim em si mesmo. Com a liberdade que sempre deteve e pouco exercita, a Universidade poderia desenvolver em seus cursos um currículo com diferentes compenções em função de uma maior liberdade acadêmica na formação de seus estudantes.

Nesse contexto, antes que treinar e adestrar alunos é indispensável iniciá-los na ultrapassagem das fronteiras do já conhecido. Para tal, seria louvável que se consolidasse na ação educativa a convicção de que precisamos educar para o desconhecido, ante um mundo de complexidade crescente que se transforma rapidamente. Faz-se necessário perder o culto idolátrico de modelos consagrados de ensino, visto que não existe um caminho único para objetivos diferentes e o meio e as demandas de um local quase que necessariamente não serão idênticos aos de outros.

Sendo assim, espera-se que a Universidade e, especificamente, o Curso de Graduação em Administração, repense seriamente a questão da liberdade acadêmica na formação do estudante. Não se trata apenas de abrir pequenos espaços no currículo, mas de ampliar com todo o rigor o conceito de formação curricular com base na liberdade acadêmica. Isso implica uma revisão profunda da prática acadêmica à qual estamos acostumados atualmente.

A Universidade pública, gratuita e de qualidade, deveria se preocupar, primeiramente, com a formação humana (básica e generalista); posteriormente, com a formação geral numa área específica e, só depois, com uma especificidade da área. A super-especialização poderia ser deixada para um curso apropriado de pós-graduação. Assim, a Universidade poderia tornar-se mais democrática, atendendo mais estudantes, pois quando ela começa a super-especializar, começa também a elitizar o ensino. Uma maior liberdade de escolha do estudante na sua própria formação poderia dar uma grande contribuição nesse sentido.

5.2 Sugestões

Sugere-se comparar os cursos de graduação da UFSC com outras Universidades, por exemplo, com a USP, por ser uma Universidade de maior renome e de expressão nacional, pois não se sabe se o que foi encontrado nos cursos de graduação da UFSC também ocorre nas outras Universidades.

Outra sugestão seria realizar uma análise de custos entre a estrutura curricular vigente e a proposta de maior liberdade para o estudante montar o seu próprio currículo. É possível que uma Universidade mais livre seja também menos onerosa, na medida em que não precisasse criar disciplinas optativas dentro dos currículos dos próprios cursos, com frequência baixa de estudantes, mas que cada disciplina obrigatória para um curso, fosse, em princípio, optativa para todos os demais.

Além disso, seria interessante realizar um estudo com os próprios estudantes no que diz respeito a sua própria liberdade na formação acadêmica.

6. REFERÊNCIAS

ABRÃO, Bernadete Siqueira. **A história da filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. (Org.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville: UNIVILLE, 2003.

ANDRADE, Rui Otávio de; AMBONI, Nério. **Projeto pedagógico para cursos de administração**. São Paulo: Makron Books, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223 p.

BORGES, Maria de Lourdes. **O reitor abdica de seu poder político**. In: Boletim APUFSC. Florianópolis, 06 de março de 2006. N. 543.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 2 de 4 de outubro de 1993. **Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de graduação em Administração**. Diário Oficial da União. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução n. 4 de 13 de julho de 2005. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES 329/2004 de 11/11/2004. **Institui carga horária mínima para os cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial**. Diário Oficial da União. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CES/CNE nº. 023/2005 de 06/06/2005. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração**. Diário Oficial da União. Brasília, 2005.

BRASIL. Regulamento da Lei nº. 4.769, de 9 de setembro de 1965: **regula o exercício da profissão de Administrador**. Disponível em: <http://www.administradores.org.br/documentos/RegulamentoLei4.769-090965.htm>. Acessado em: 06 mar. 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>
Acesso em 06 out. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Educação Nacional: diretrizes curriculares – cursos de graduação**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/index.php> Acessado em: 06 out. 2005.

BRASIL. Parecer nº. 307 DE 08/07/1966. **Fixado o primeiro currículo mínimo do curso de Administração**. Disponível em:
http://www.cfa.org.br/html/c_gestor/Par307_66.pdf. Acessado em: 06 mar. 2006.

BRASIL. Lei nº. 7.321 de 13 de junho de 1985. **A denominação da categoria alterada para Administrador**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L7321.htm>. Acessado em: 07 mar. 2006.

BRASIL. PARECER 134/2003. **Dispõe sobre as Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Administração**. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces110_04.pdf. Acessado em: 09 mar. 2006.

CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Histórico dos cursos de administração no Brasil**. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/arquivos/>. Acessado em: 03 mar. 2006.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Resolução n. 01 de 02 de fevereiro de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: http://www.cfa.org.br/download/ResCNE1_04_DCN.pdf. Acesso em: 10 mar. 2006.

CRISTOFOLINI, Arlei; REINERT, José Nilson. A liberdade na formação curricular do estudante de graduação. In: **Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária em América del Sur**. Mar Del Plata – Argentina, 2005.

DOLL Jr.; William E. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

DRÈZE, Jacques; DEBELLE, Jean. **Concepções da universidade**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1983.

DRUCKER, Peter F. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 2001.

FERREIRA, Aurélio B. H. P. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Exame da Federal do ABC será nos moldes do Enem**. Caderno Especial Fovest. P. 03. 13 de junho de 2006.

FRAGOSO FILHO, Carlos. **Universidade e sociedade**. Campina Grande: GRAFSET, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREITAS, Antônio. Mudanças e Perspectivas na Gestão Universitária. In: **Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Blumenau – Brasil, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda C. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995 b.

HOLLENSTEINER, Stephan. Alemanha: a construção do espaço universitário comum europeu. In: MORHY, Lauro. (Org.). **Universidade no Mundo: Universidade em questão**. V. 2. Brasília: UNB, 2004.

JOHNSON JR., Mauritz. Definições e modelos na teoria do currículo. In: MESSICK, Rosemary Graves; PAIXÃO, Lyra; BASTOS, Lília da Rocha (Org.). **Currículo: análise e debate**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

KELLY, Albert Victor. **O currículo: teoria e prática**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

KERR, John Frederick. **Changing the curriculum**. London: University of London Press, 1968.

KINSER, Kevin. Estados Unidos: estrutura e inovação na educação superior. In: MORHY, Lauro. (Org.). **Universidade no Mundo: Universidade em questão**. V. 2. Brasília: UNB, 2004.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Currículo: debates contemporâneos**. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

MACÊDO, Gilberto de. **A Universidade dialética: consciência, conflito e violência na universidade**. 3. ed. Maceió: UFAL, 1987.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORHY, Lauro. (Org.). **Universidade no Mundo: Universidade em questão**. V. 2. Brasília: UNB, 2004.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PAVIANI, Jayme; BOTOMÉ, Silvio Paulo. **Interdisciplinaridade: disfunções conceituais e enganos acadêmicos**. Caxias do Sul: EDUCS, 1993.

PEDRA, José Alberto. **Currículo: conhecimento e suas representações**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

REINERT, José Nilson; *et. al.* Administração: Formação com diferencial estratégico. In: **Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Blumenau – Brasil, 2006.

_____. A influência da universidade europeia no modelo universitário brasileiro. In: LANER, Aline dos Santos; CRUZ JÚNIOR, Benjamim da. (Org.). **Repensando as organizações: da formação à participação**. Parte I. p. 171 – 187. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. 536 p.

_____. Cursos de graduação em administração: a necessidade de um novo enfoque. In: COLOSSI, Nelson *et. alli.* (Org.). **A gestão universitária em ambiente de mudanças na América do Sul.** p. 183 – 198. Blumenau: Nova Letra, 2002.

REINERT, José Nilson; REINERT, Clio. Estudante não é cliente: é parceiro. In: **ENANPAD**, 2005. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=30&cod_evento_edicao=9&cod_edicao_trabalho=302. Acesso em: 20 dez 2005.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANCHES, Andréia. **Uma nova noção de ensino superior.** Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/guiacurricular/artigos.asp>. Acessado em: 10 mar. 2006.

TOBIAS, José Antônio. **Universidade:** humanismo ou técnica? São Paulo: Herder, 1969.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSC. Regulamento dos cursos de graduação - Pró-reitoria de ensino de graduação. **Currículos dos Cursos de Graduação.** Disponível em: <http://www.preg.ufsc.br/> Acessado em: 07 nov. 2005.

UFSC. A Universidade de 1960 a 2005. In: **Revista 45 anos da UFSC.** Preparada para novos desafios. Disponível em: www.ufsc.br. Acessado em: 16 jun. 2006.

UFSC. Departamento de Ciências da Administração. **Histórico do curso.** Disponível em: <http://www.cad.ufsc.br/>. Acessado em: 10 fev. 2006.

UFSC. **Legislação Educacional.** Disponível em: http://notes.ufsc.br/aplic/edulei.nsf/viewLegislacao_PorTipo>. Acessado em 10 dez. 2005.

UFSC. Resolução do CUn nº 17/CUn/97 de 30 de setembro de 1997. **Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC.** Disponível em: <http://notes.ufsc.br/aplic/RESOCONS.NSF/eab68f213e7101c80325638c005e9041/29c50f204e370fe9032565f5004f9384?OpenDocument&Highlight=2,17>. Acessado em: 20 ago. 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. Tipos de pesquisa em administração. **Cadernos EBAP**, FGV, Rio de Janeiro, n. 52, junho de 1990.

VICENTI, Luc. **Educação e liberdade: Kant e Fichte.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WHITEHEAD, Alfred North. **Os fins da educação e outros ensaios.** São Paulo: Nacional e USP, 1969.

ANEXOS

Anexo 01 – Disciplinas optativas em relação à carga horária mínima obrigatória do Currículo dos Cursos de Graduação da UFSC no segundo semestre do ano de 2005.

Anexo 02 – Cursos de Graduação da UFSC por ordem decrescente de participação da carga horária de disciplinas optativas na estrutura curricular no segundo semestre do ano de 2005.

Anexo 01

Cursos de Graduação UFSC	Carga horária mínima currículo dos cursos	Horas/aula disciplinas optativas	% Horas/aula disciplinas optativas
Jornalismo	3438	1224	35,60 %
Ciências Sociais (L)	2188	648	29,60 %
Ciências Sociais(B)	2646	648	24,50 %
Italiano (B.)	2016	420	20,80 %
Alemão (B.)	1896	390	20,60 %
Matemática (B.)	2664	540	20,30 %
Francês (B.)	1926	360	18,70 %
Português (B.)	2115	390	18,40 %
Espanhol (B.)	1986	330	16,60 %
Inglês (B.)	2016	330	16,40 %
Computação (B.)	3114	450	14,50 %
Italiano (B./L.)	4734	670	14,10 %
Engenharia Mecânica	4032	540	13,40 %
Italiano (L.)	2028	270	13,30 %
Alemão (B./L.)	4584	600	13,10 %
Espanhol (B./L.)	4794	600	12,50 %
Geografia (B.)	2880	360	12,50 %
Física (B.)	3042	360	11,80 %
Filosofia (L.)	2484	288	11,60 %
Filosofia (B.)	2484	288	11,60 %
Economia	2760	300	10,90 %
Engenharia Elétrica	4284	468	10,90 %
Espanhol (L.)	2238	240	10,70 %
Física (L.)	2808	288	10,30 %
Design	3900	396	10,10 %
Português (B./L.)	5307	525	9,90 %
Psicologia (L.)	3654	360	9,90 %
Sistemas Informação	2934	288	9,80 %
Psicologia (B.)	3708	360	9,70 %
Francês (B./L.)	3276	306	9,30 %
Biologia	4050	360	8,90 %
Inglês (B./L.)	4704	420	8,90 %
Francês (L.)	2088	180	8,60 %
Engenharia Aquicultura	3600	306	8,50 %
Alemão (L.)	2118	180	8,50 %
Geografia (L.)	2700	216	8,00 %
Matemática (L.)	2790	216	7,70 %
Arquitetura	3900	300	7,70 %
História (B./L.)	2826	216	7,60 %
Direito	3860	288	7,50 %
Educação Física	3006	216	7,20 %
Pedagogia (B.)	3294	216	6,60 %
Serviço Social	3312	216	6,50 %
Biblioteconomia	2898	162	5,60 %
Português (L.)	2592	135	5,20 %
Contabilidade	3384	162	4,80 %
Engenharia Materiais	4202	180	4,30 %
Inglês (L.)	2268	90	4,00 %
Psicólogo	4680	180	3,90 %
Nutrição	3793	144	3,80 %
Engenharia Civil	4410	162	3,70 %
Administração	3024	108	3,60 %
Engenharia Sanitária	4482	162	3,60 %
Farmácia	3096	108	3,50 %
Medicina	8406	288	3,40 %
Engenharia Alimentos	4386	126	2,90 %
Pedagogia (L.)	3294	90	2,70 %
Engenharia Química	4356	108	2,50 %
Farmácia Téc. Alim.	4788	108	2,30 %
Farmácia Clínica	4698	108	2,30 %
Eng. Prod. Elétrica	4230	90	2,10 %
Eng. Prod. Mecânica	4446	90	2,00 %
Eng. Prod. Civil	4446	90	2,00 %
Engenharia Automação	4766	90	2,00 %
Enfermagem	4122	72	1,80 %
Odontologia	4600	72	1,60 %
Agronomia	4644	00	0,00 %
Química (B.)	3330	00	0,00 %
Química (L.)	3384	00	0,00 %
Química Técnica (B)	3402	00	0,00 %
Secretário Bilingüe	3744	00	0,00 %
Cinema	2200	00	0,00 %

Fonte: Dados da Pesquisa 2005. B. (Bacharelado) e L. (Licenciatura)

Anexo 02

Cursos de Graduação UFSC	Total h/a disciplina optativa	Total h/a liberdade condicionada	Total h/a liberdade plena	Carga horária obrigatória
Jornalismo	1224	648	576	3438
Italiano (B./L.)	670	-	670	4734
Ciências Sociais (L)	648	386	262	2188
Ciências Sociais(B)	648	208	440	2646
Alemão (B./L.)	600	270	330	4584
Espanhol (B./L.)	600	270	330	4794
Matemática (B.)	540	432	108	2664
Engenharia Mecânica	540	432	108	4032
Português (B./L.)	525	-	525	5307
Engenharia Elétrica	468	288	180	4284
Computação (B.)	450	324	126	3114
Inglês (B./L.)	420	-	420	4704
Italiano (B.)	420	-	420	2016
Design	396	216	180	3900
Português (B.)	390	-	390	2115
Alemão (B.)	390	180	210	1896
Geografia (B.)	360	-	360	2880
Física (B.)	360	288	72	3042
Francês (B.)	360	-	360	1926
Psicologia (B.)	360	-	360	3708
Psicologia (L.)	360	-	360	3654
Biologia	360	288	72	4050
Espanhol (B.)	330	-	330	1986
Inglês (B.)	330	-	330	2016
Engenharia Aquicultura	306	-	306	3600
Francês (B./L.)	306	-	306	3276
Economia	300	-	300	2760
Arquitetura	300	150	150	3900
Medicina	288	288	-	8406
Filosofia (B.)	288	-	288	2484
Sistemas de Informação	288	216	72	2934
Física (L.)	288	144	144	2808
Filosofia (L.)	288	-	288	2484
Direito	288	288	-	3860
Italiano (L.)	270	-	270	2028
Espanhol (L.)	240	-	240	2238
Geografia (L.)	216	-	216	2700
Matemática (L.)	216	144	72	2790
História (B./L.)	216	-	216	2826
Educação Física	216	-	216	3006
Pedagogia (B.)	216	-	216	3294
Serviço Social	216	216	-	3312
Francês (L.)	180	-	180	2088
Alemão (L.)	180	90	90	2118
Engenharia de Materiais	180	126	54	4202
Psicólogo	180	-	180	4680
Engenharia Sanitária	162	108	54	4482
Biblioteconomia	162	96	66	2898
Contabilidade	162	108	54	3384
Engenharia Civil	162	108	54	4410
Nutrição	144	-	144	3793
Português (L.)	135	-	135	2592
Engenharia Alimentos	126	72	54	4386
Administração	108	-	108	3024
Farmácia	108	-	108	3096
Engenharia Química	108	54	54	4356
Farmácia Téc. Alimentos	108	-	108	4788
Farmácia Clínica	108	-	108	4698
Inglês (L.)	90	-	90	2268
Pedagogia (L.)	90	-	90	3294
Engenharia Pr.. Elétrica	90	90	-	4230
Engenharia P. Mecânica	90	90	-	4446
Engenharia Prod. Civil	90	90	-	4446
Engenharia Automação	90	90	-	4766
Enfermagem	72	-	72	4122
Odontologia	72	-	72	4600
Agronomia	-	-	-	4644
Química (B.)	-	-	-	3330
Química (L.)	-	-	-	3384
Química Técnica (B)	-	-	-	3402
Secretário Bilingüe	-	-	-	3744
Cinema	-	-	-	2200

Fonte: Dados da Pesquisa 2005. B. (Bacharelado) e L. (Licenciatura)

Coluna 01: Total de horas/aula em disciplinas optativas permitidas pelos cursos.

Coluna 02: Total de horas/aula de liberdade condicionada em relação ao total de horas/aula em disciplinas optativas.

Coluna 03: Total de horas/aula de liberdade plena em relação ao total de horas/aula em disciplinas optativas.

Coluna 04: Carga horária mínima obrigatória dos cursos de graduação da UFSC no ano 2005.